



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2018

- **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E HOSPITALAR, COM OBSTETRÍCIA, DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, COM ACOMODAÇÃO INDIVIDUAL EM APARTAMENTO, COM CO-PARTICIPAÇÃO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) NO VALOR DAS CONSULTAS, DESTINADOS AOS MAGISTRADOS E SERVIDORES, ATIVOS OU APOSENTADOS, OS PENSIONISTAS E OS RESPECTIVOS DEPENDENTES, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO.**

IMPORTANTE:

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE www.comprasnet.gov.br.**
- **ABERTURA DA SESSÃO: 20/12/2018 (quinta-feira) às 10h00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).**
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NO SISTEMA COMPRASNET E AS CONSTANTES DESTES EDITAIS, PREVALECERÃO AS DO EDITAL.**
- **OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DEVERÃO SER FEITOS EXCLUSIVAMENTE PELO E-MAIL: licitacao@trt24.jus.br, ATÉ O DIA 14/12/2018 (sexta-feira).**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO torna público, para conhecimento dos interessados, **que fará realizar no dia 20 de dezembro de 2018 (quinta-feira), às 10h00 (horário de Brasília/DF)**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET* e por intermédio do Gabinete de Licitações e Contratos, nos termos da Portaria TRT/GP/DG Nº 63/2018, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº 47/2018, tipo menor preço, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E HOSPITALAR, COM OBSTETRÍCIA, DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, COM ACOMODAÇÃO INDIVIDUAL EM APARTAMENTO, COM CO-PARTICIPAÇÃO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) NO VALOR DAS CONSULTAS, DESTINADOS AOS MAGISTRADOS E SERVIDORES, ATIVOS OU APOSENTADOS, OS PENSIONISTAS E OS RESPECTIVOS DEPENDENTES, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, conforme as especificações e as condições constantes dos Anexos deste Edital, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço global, a ser regido pelas regras deste Edital, pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 5.450/2005, pela legislação complementar e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições a seguir estabelecidas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante as condições de segurança oferecidas pela criptografia e pela autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema eletrônico Comprasnet, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação consiste na **contratação de empresa para prestação de serviços de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, de abrangência nacional, com acomodação individual em apartamento, com co-participação de 50% (cinquenta por cento) no valor das consultas, destinados aos magistrados e servidores, ativos ou aposentados, os pensionistas e os respectivos dependentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**, conforme as especificações e as condições constantes dos anexos deste Edital, bem como as disposições a seguir estabelecidas.
- 2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no Programa de Trabalho Resumido PTRES 107731 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) e na Natureza de Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - PJ), e por conta de recursos dos magistrados e dos servidores do TRT da 24ª Região, consignados em folha de pagamento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 4.1. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública **observarão, obrigatoriamente, o HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF**, e dessa forma serão registradas no sistema Comprasnet e na documentação relativa ao certame, exceto nos casos em que dispuser expressamente diferente.

5. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

- 5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, observados a data e o horário limite estabelecidos.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

- 6.1. Para acesso ao sistema eletrônico Comprasnet, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal (intransferíveis), obtidas perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico Comprasnet.
- 6.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme o disposto no inciso I do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.
- 6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 6.4. É de exclusiva responsabilidade do beneficiário o sigilo da senha, e o seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 24ª Região ou ao provedor do sistema eletrônico a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido, ainda que por terceiros.
- 6.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico para o imediato bloqueio de acesso.
- 6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 6.7. O TRT da 24ª Região não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para a obtenção da chave e da senha de acesso ao sistema Comprasnet, haja vista que esse procedimento é de exclusiva responsabilidade da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar do certame os interessados, **cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 7.2. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou as estrangeiras que não funcionem no país e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993, bem como aquelas que tenham sido impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União ou com a Administração Pública (artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/1993) e suspensas temporariamente para contratar com a Administração (artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/1993).

7.2.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/1993 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia.

- 7.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.
- 7.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, declaração de que atendem aos requisitos do seu art. 3º.
- 7.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 7.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as suas propostas e os seus lances.
- 7.7. A simples apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.8. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

8. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 8.1. Os preços deverão ser cotados em reais, observado que as frações inferiores a R\$ 1,00 (um real) deverão ser grafadas com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula que segue a unidade, sendo desprezadas as eventuais casas remanescentes apresentadas.
- 8.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem, após a etapa de lances e de negociação, preço global e unitário acima de seus preços máximos estimados, conforme **Anexo I**.
 - 8.2.1. A contraproposta deverá observar os preços máximos estimados, **sob pena de desclassificação**.
- 8.3. Serão desclassificadas as propostas e lances que ofereçam preços inexeqüíveis. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 8.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta deverá ser encaminhada por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 9.2. A proposta deverá conter os preços unitário e global, a especificação clara, objetiva e detalhada do objeto deste Pregão, ficando o licitante, em caso de omissão, obrigado a cumprir as especificações indicadas no Edital. Deverão ser observadas na proposta as seguintes informações, **sob pena de desclassificação**:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 9.2.1. Caso seja necessária para o perfeito detalhamento do objeto, as informações devem constar do campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”;
- 9.2.2. Não poderá haver identificação do licitante nas especificações e/ou informações constantes da proposta ou do campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”;
- 9.2.3. Serão considerados inclusos no preço cotado, eventuais descontos concedidos, além dos impostos, de encargos sociais, de fretes, de taxas e de quaisquer outras despesas inerentes ao objeto da presente licitação.
- 9.3. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:
 - 9.3.1. Declaração de inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
 - 9.3.2. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - 9.3.3. Declaração de concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
 - 9.3.4. Declaração do atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, após a fase de lances, deverá encaminhar DECLARAÇÃO, conforme **Anexo II**, a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela resolução 229, de 22/06/2016.
- 9.5. A proposta terá validade por **60 (sessenta) dias consecutivos**, nos termos do artigo 6º da Lei nº 10.520/2002, ainda que o licitante estipule prazo inferior. Transcorrido o prazo estabelecido sem que haja a convocação pelo TRT da 24ª Região para a assinatura do Contrato, fica o licitante liberado do compromisso assumido, observado que a validade da proposta poderá ser prorrogada, por igual período, se aceito pelo licitante.
- 9.6. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1. A partir do horário previsto no sistema eletrônico, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura das propostas recebidas, passando o Pregoeiro a verificar as propostas apresentadas e desclassificar, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.2. Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta ou de cancelamento de cotação. O disposto neste item não se aplica aos pedidos de desclassificação de propostas ou de itens quando, comprovadamente, estiverem presentes as condições de inexequibilidade previstas no artigo 48, inciso II da Lei nº 8.666/1993.
- 10.3. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto nº 5.450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.4. O licitante que tiver sua proposta desclassificada poderá manifestar o interesse na interposição de recurso, via sistema eletrônico, após a habilitação do licitante vencedor.

11. DA SESSÃO DE LANCES

- 11.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes classificados deverão estar conectados



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

ao sistema eletrônico para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- 11.2. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido registrado no sistema eletrônico.
- 11.3. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado. O sistema eletrônico não identificará os autores dos lances durante a sessão, inclusive para o Pregoeiro.
- 11.4. A primeira etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 11.5. Ocorrendo desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.6. Nos casos de ocorrência de desconexão do sistema eletrônico por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, reiniciando somente após a comunicação, via sistema, da nova data e horário aos licitantes.

12. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC nº 123/2006)

- 12.1. Para os efeitos do direito de preferência às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o sistema Comprasnet fará a verificação automática do porte das empresas perante a Receita Federal, após o encerramento da fase de lances.
- 12.2. Após a sessão de lances e caso haja o empate previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico identificará a ME ou EPP e enviará uma mensagem automática convocando-a para apresentar um novo lance inferior ao menor lance ofertado, sendo-lhe concedido o prazo de 5 (cinco) minutos, **sob pena de preclusão**.
 - 12.2.1. Caso a ME ou EPP convocada não ofereça uma nova proposta, serão convocadas as microempresas e as empresas de pequeno porte remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 12.3. Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- 12.4. Caso nenhum licitante venha exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 13.1. Encerrada a etapa de lances, os documentos de habilitação do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar serão verificados por meio do SICAF, observadas as condições a seguir:
 - 13.1.1. Os documentos e as declarações que não estejam contemplados ou estejam desatualizados no SICAF, deverão ser encaminhados via sistema Comprasnet por meio da opção “enviar anexo”, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da convocação, **sob pena de desclassificação**;
 - 13.1.2. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 13.1.3. Durante a sessão pública, o Pregoeiro poderá sanar evidentes erros materiais ou falhas formais, desde que não alterem a substância das propostas ou modifiquem seus termos originais, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos.
- 13.2. O Pregoeiro, mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (chat), convocará a Licitante para enviar a proposta conforme Anexo I, via sistema Comprasnet por meio da opção "enviar anexo", no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas da convocação, **sob pena de desclassificação**.
- 13.2.1. A proposta deverá ser adequada ao valor do lance final, conter a razão social, o CNPJ, o endereço e o telefone/e-mail.
- 13.3. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do canal de comunicação (chat), contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, devendo o licitante manifestar-se no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, contados da notificação, **sob pena de desclassificação**.
- 13.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e ao atendimento às especificações técnicas do objeto.
- 13.5. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, caso não sejam apresentados lances, será realizado sorteio observado o disposto no art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/1993, em data a ser definida pelo Pregoeiro e informada aos licitantes com propostas empatadas.
- 13.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.
- 13.8. O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 13.9. Os documentos remetidos por meio da opção "enviar anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 13.9.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Núcleo de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande – MS, CEP 79.031-908;
- 13.9.2. A conferência da autenticidade de fotocópias por servidor do TRT da 24ª Região somente será efetuada mediante a apresentação do ORIGINAL.
- 13.10. Os documentos excedentes encaminhados pelos licitantes sem a solicitação expressa do Pregoeiro serão descartados.

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 14.1. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, observada a compatibilidade com as especificações e as condições constantes dos Anexos e as demais disposições e exigências definidas neste Edital.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Para habilitar-se na presente licitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar toda a documentação comprobatória a seguir relacionada, exceto, por sua opção, aquela constante do SICAF:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 15.1.1. Habilitação jurídica;
 - 15.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 15.1.3. Qualificação técnica;
 - 15.1.4. Qualificação econômica e financeira;
 - 15.1.5. Declarações diversas.
- 15.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** em vigor (com todas as alterações efetuadas ou consolidadas), para fins de comprovação de regularidade da empresa e da legitimidade do signatário da proposta e dos demais documentos, conforme o caso, consistirá em:
- 15.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 15.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 15.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 15.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 15.2.5. No caso de sociedade cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a Ata da Assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 15.2.6. No caso de Procurador, deverá ser apresentado também:
 - 15.2.6.1. Instrumento de mandato público; **OU**
 - 15.2.6.2. Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa com a legitimação comprovada e com a firma reconhecida em Cartório, bem como cópia autenticada do RG e CPF do outorgado.
- 15.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com abrangência das contribuições sociais (alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991);
 - 15.3.2. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;
 - 15.3.3. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;
 - 15.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 15.3.4.1. A comprovação poderá ser realizada por meio de consulta aos dados cadastrais do SICAF.
 - 15.3.5. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - 15.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Obs.: A emissão da CNDT será consultada por este TRT e, no caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente.

- 15.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos
- 15.4.1. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;
- 15.4.2. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.
- 15.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.5.1. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(a)(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **que comprove(m) a prestação de serviços pela empresa licitante, com características compatíveis (abrangência nacional) com as do objeto desta licitação;**
- 15.5.2. Certidão de inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina (CRM), **referente ao exercício de 2018**. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do Conselho - MS, por ocasião da contratação;
- 15.5.3. Comprovante de registro da empresa na ANS (Agência Nacional de Saúde).
- 15.6. Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificada a existência de registros impeditivos da contratação, **sob pena de inabilitação**, mediante consulta ao:
- 15.6.1. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inc. III, da Lei nº 8.666/1993;
- 15.6.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Lei nº 8.429/1992);
- 15.6.3. Cadastro Nacional das Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (Lei nº 12.846/2013);
- 15.6.4. Cadastro de Licitantes Inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992.
- 15.7. As **declarações diversas** de que trata o subitem 9.3 deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta ao sistema Comprasnet.
- 15.8. A **declaração de vínculo empregatício** de que trata o **Anexo II** deverá ser encaminhada após a sessão de lances pela empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, atendendo convocação do Pregoeiro.
- 15.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 15.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, observado que essa informação deverá constar do próprio documento.
- 15.11. Considerar-se-á de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da emissão, o prazo de validade dos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

documentos que não o contiver expresso. **Essa previsão não se aplica ao atestado de capacidade técnica, nos termos do artigo 30, § 5º da Lei nº 8.666/1993.**

- 15.12. Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo *sítio*, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.
- 15.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.14. Caso haja restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração.
- 15.15. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no edital licitatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

16. DA ADJUDICAÇÃO

- 16.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, depois de decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal ou não assinar o Contrato / a devolução do recebimento da nota de empenho, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail automático do sistema Comprasnet, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DOS ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Os pedidos de esclarecimentos efetuados pelas empresas interessadas em participar do certame devem ser enviados ao Pregoeiro **até o dia 14/12/2018 (sexta-feira)** 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública), exclusivamente pelo e-mail licitacao@trt24.jus.br, nos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018**

termos do artigo 19 do Decreto nº 5.450/2005, devendo ser informado o número deste Pregão.

20.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos diretamente à empresa consulente.

21. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

- 21.1. **Até o dia 17/12/2018 (segunda-feira)** 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada para o e-mail licitacao@trt24.jus.br, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 5.450/2005.
- 21.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 21.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pelo licitante.
- 21.5. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e habilitado o vencedor, qualquer licitante, inclusive aquele que teve sua proposta desclassificada antes da disputa, poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, de forma motivada, em campo próprio do sistema Comprasnet, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005, ficando os demais licitantes intimados a apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 21.6. O encaminhamento das razões de recurso bem assim das contrarrazões deverá ser efetuado por meio do sistema Comprasnet, bem como encaminhado para o e-mail licitacao@trt24.jus.br.
- 21.7. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão final antes da homologação do procedimento.
- 21.8. A falta de manifestação de intenção de interpor recurso por parte do licitante, no prazo e na forma indicada, importará a decadência do direito supramencionado, nos termos do art. 4º, inciso XX, da Lei nº 10.520/2002 e art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005.
- 21.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22. DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

- 22.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o TRT da 24ª Região e o licitante vencedor, conforme minuta constante do **Anexo III**.
- 22.2. O licitante que não efetuar a devolução do recebimento da nota de empenho e do contrato assinado, nos prazos abaixo estabelecidos, estará sujeito à aplicação das sanções legais cabíveis:
- 22.2.1. Para devolução da nota de empenho: 02 (dois) dias consecutivos;
- 22.2.2. Para devolução do contrato assinado: 03 (três) dias úteis.
- 22.3. Ao assinar o Contrato, a empresa obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, de acordo com a necessidade e com a conveniência do TRT, conforme as especificações e as condições contidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e as condições do edital.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

23. DAS PENALIDADES

- 23.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 23.2. Decorrido o prazo estabelecido para a devolução do recebimento da nota de empenho ou do Contrato assinado, sem manifestação por parte do licitante adjudicatário, reserva-se ao TRT da 24ª Região o direito de optar pela adjudicação aos demais licitantes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 23.3. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes remanescentes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar a Ata.
- 23.4. O licitante é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 23.5. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 23.6. Ocorrendo a impossibilidade da contratação por culpa do licitante, especialmente no que se refere a não-comprovação das condições de habilitação, inclusive o vencimento das certidões após a fase de homologação, ficará sujeito à penalidade prevista no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 23.7. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará o registro das penalidades no SICAF.
- 23.8. As penalidades decorrentes da contratação e da execução estão previstas no Termo de Referência.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Fica assegurada à autoridade competente do TRT da 24ª Região revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como aumentar ou diminuir o valor estimado, observado o limite estabelecido no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, podendo, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado que, neste caso, a anulação não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/1993.
- 24.2. A participação nesta licitação implica o conhecimento integral, por parte dos licitantes, dos termos e das condições nela inseridos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 24.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, devendo ser atendido nos seguintes prazos máximos:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 24.3.1. 20 (vinte) minutos, contados a partir da intimação, no caso de diligência a ser esclarecida ou complementada por meio do canal de comunicação (chat), **sob pena de desclassificação ou inabilitação;**
- 24.3.2. 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da intimação, no caso de outras diligências, **sob pena de desclassificação ou inabilitação.**
- 24.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.5. As decisões referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas nos *sites* www.comprasnet.gov.br e www.trt24.jus.br, bem como afixadas no quadro de avisos deste Tribunal.
- 24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 24.7. Os prazos para o envio de documentos de habilitação, de declarações e de proposta poderão ser prorrogados por igual período, a critério do Pregoeiro.
- 24.8. Só se iniciam e vencem os prazos estabelecidos no presente edital em dia de efetivo expediente neste Tribunal.
- 24.9. O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região é cadastrado no CNPJ sob o nº 37.115.409/0001-63 e na Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG) sob o nº 080026.
- 24.10. Informações adicionais poderão ser obtidas no Núcleo de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, através do telefone (0xx67) 3316-1700 ou 3316-1701 / e-mail: licitacao@trt24.jus.br ou no endereço constante do subitem 13.9.1 deste edital.

25. DOS ANEXOS

- 25.1. Fazem parte integrante deste Edital o Termo de Referência e os Anexos.

Campo Grande - MS, 06 de dezembro 2018.

Bonifácio Tsunetame Higa Junior
Chefe do Gabinete de Licitações e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente operação consiste na contratação de empresa para **prestação de serviços de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, de abrangência nacional, com acomodação individual em apartamento, com co-participação de 50% (cinquenta por cento) no valor das consultas**, destinados aos magistrados e servidores, ativos ou aposentados, os pensionistas e os respectivos dependentes, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A prestação dos serviços dar-se-á mediante a formalização de contrato entre este Tribunal e a licitante vencedora, conforme minuta anexa ao edital.
- 2.2. A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar de 1º.1.2019, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, observando-se o limite de 60 (sessenta) meses.
- 2.3. A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para a Administração, das condições e dos preços contratados.
- 2.4. Durante a vigência da contratação, será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social da empresa, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir.
- 2.4.1.** No caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE **cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do competente registro**, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 2.4.2.** No caso de fusão, cisão, incorporação, a contratada deverá comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do registro das alterações sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.5. É vedado à CONTRATADA efetivar a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou Juízes vinculados a este Tribunal, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.
- 2.6. Será considerada prática de Nepotismo caso a pessoa jurídica contratada tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça.
- 2.7. Não será mantido, aditado ou prorrogado o presente instrumento, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços deverão ter **início no dia 1º.1.2019**.

4. DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

- 4.1. O serviço à saúde será prestado através da contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré-estabelecido, sendo permitida a cobrança de co-participação de **50% (cinquenta por cento) no valor das consultas**, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes **de rede credenciada, contratada ou referenciada**, visando a assistência médica e hospitalar, a ser paga integralmente às expensas da operadora/seguradora contratada, consoante o disposto no art. 1º, inciso I da Lei nº 9.656/98.
- 4.2. Para efeito do subitem anterior, consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento.
- 4.3. A contratação dar-se-á pelo regime **Coletivo Empresarial**, nos termos do art. 16, VII, alínea b da Lei nº 9656/98, pelo sistema de mensalidade pré-fixada (pré-pagamento), aceitando-se o reembolso nos casos exclusivamente previstos neste Termo de Referência ou quando previstos em normas regulamentares da ANS ou, ainda, em outras situações não previstas, mas previamente acordada com a contratada.
- 4.4. O objetivo da contratação é a prestação de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, de natureza clínica e cirúrgica, por profissionais e hospitais e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia próprios ou credenciados, nas internações normais ou terapia intensiva, obrigando-se na execução dos serviços direcionados à prevenção de riscos e doenças, ao tratamento, a recuperação, a manutenção e a reabilitação da saúde.
- 4.5. O Plano Privado de Assistência à Saúde contratado deverá estar de acordo com o art. 230, §3º, inciso II da Lei nº 8.112/90 e nos termos da Lei nº 9.656/98, observando-se todas as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devendo, também, abranger todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços a serem contratados serão prestados por meio de regime de execução indireta, empreitada por preço global, mediante **preço pré-fixado com variação de valores por Faixa etária**.

6. DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

- 6.1. A abrangência dos serviços deverá ser a nível nacional, prestado por meio de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, abrangendo todas as cidades dos 26 estados da federação e o Distrito Federal.
- 6.2. Será obrigatório o atendimento dos Magistrados, Servidores, Pensionistas e respectivos dependentes (usuários), localizados em qualquer dos locais acima.

7. DA REDE DE ATENDIMENTO

- 7.1. Os serviços serão prestados pela rede assistencial da operadora ou seguradora, que compreende a rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, correspondente ao plano contratado em



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

número mínimo de 1.000 (mil) prestadores de serviços em âmbito nacional, incluindo médicos, hospitais clínicas, laboratórios e pronto-socorros.

7.1.1. A contratada deverá possuir rede suficiente para o atendimento nas localidades onde estão instaladas as Varas do Trabalho e sede do TRT 24ª Região, com pelo menos 500 credenciados, considerando a soma dos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Campo Grande, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas.

7.1.2. Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora/seguradora deverá garantir o atendimento nos termos e prazos fixados na Resolução Normativa nº 259/2011 da ANS e atualizações/alterações.

7.2. A operadora/seguradora deverá manter e, se possível, aumentar a quantidade da rede de atendimento contratada, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados.

7.3. A substituição de entidade hospitalar só poderá ser feita por outra equivalente mediante autorização prévia da ANS e comunicação ao Tribunal, salvo se ocorrer por pedido da entidade hospitalar credenciada.

8. DO PLANO

8.1. O Plano Privado de Assistência a Saúde (PPAS) a ser contratado é o AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, sendo permitida a cobrança de co-participação de 50% do valor referencial de tabela da operadora, em relação às consultas, a ser descontado em folha de pagamento dos titulares, com a seguinte acomodação:

8.1.1. Internação individual, realizada em **apartamento**, com banheiro privativo, ar condicionado e direito à acompanhante, observando-se o subitem 9.3.6 e, se a unidade hospitalar dispor, inclui-se televisão e frigobar (não incluso o consumo).

9. DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS COBERTOS

9.1. Os procedimentos médicos a serem cobertos pelo plano indicado acima, são aqueles constantes da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, CID 10, da Organização Mundial de Saúde, e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde definidos pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 9.656/98 e suas alterações, e em todas as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, nos termos do art. 15 da RN ANS nº 428/2017, a cobertura relacionada ou não com a saúde ocupacional e acidentes de trabalho, visando assistência clínica e cirúrgica, por intermédio de profissionais, hospitais e serviços de diagnóstico e terapia próprios, credenciados ou cooperados, obrigando-se na execução dos serviços direcionados à prevenção das doenças e recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, nos termos e condições ajustados, exclusivamente na área de abrangência contratada. O plano compreende os segmentos **ambulatorial, hospitalar e obstetrícia**.

9.2. O Plano Ambulatorial compreende os atendimentos realizados em consultório ou em ambulatório, definidos e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, não incluindo internação hospitalar ou procedimentos para fins de diagnóstico ou terapia que, embora prescindam de internação, demandem o apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, ou serviços como unidade de terapia intensiva e unidades similares, observadas as seguintes exigências:

- a)** Cobertura de consultas médicas em número ilimitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM;
- b)** Cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

cirurgião dentista assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação;

- c) Cobertura de medicamentos registrados/regularizados na ANVISA, utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos contemplados na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;
- d) Cobertura de consulta ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo de acordo com número de sessões estabelecido na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;
- e) Cobertura de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS, que poderá ser realizada tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitados;
- f) Cobertura dos procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações, que podem ser realizados tanto por fisiatra como por fisioterapeuta, em número ilimitado de sessões por ano;
- g) Cobertura das ações de planejamento familiar, listadas no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações a serem expedidas pela ANS, para segmentação ambulatorial;
- h) Cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme resolução específica vigente sobre o tema;
- i) Cobertura de remoção, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência ou emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para a continuidade da atenção ao paciente ou pela necessidade de internação;
- j) Cobertura de hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;
- k) Cobertura de quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde;
- l) Cobertura de medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, respeitando, preferencialmente, as características previstas nas alíneas a e b do inciso XI do art. 21 da RN/ANS 428/2017.
- m) Cobertura dos procedimentos de radioterapia listados no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS para a segmentação ambulatorial;
- n) Cobertura dos procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais que prescindam de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, unidade de terapia intensiva e unidades similares e que estejam descritos no segmento ambulatorial do Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;
- o) Cobertura de hemoterapia ambulatorial; e
- p) Cobertura das cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, e alterações ou normativas a serem expedidas pela ANS, sem restrição de grau.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

9.2.1. Para a **segmentação ambulatorial**, incluem-se, ainda, as coberturas abaixo:

- a) Procedimentos que exijam forma de anestesia diversa da anestesia local, sedação ou bloqueio;
- b) Quimioterapia oncológica intra-tecal ou que demande internação; e
- c) Embolizações.

9.2.2. As coberturas poderão ser aumentadas, em decorrência de alterações no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e demais normativas expedidas pela ANS e pelos órgãos que regulamentam o setor.

9.3. O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X do art. 22 da RN/ANS 428/2017 e alterações, observadas as seguintes exigências:

9.3.1. Cobertura, em número ilimitado de dias, de todas as modalidades de internação hospitalar;

9.3.2. Cobertura de hospital-dia para transtornos mentais, de acordo com as Diretrizes de Utilização estabelecidas no Anexo II da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;

9.3.3. Cobertura de transplantes listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, e suas alterações e demais normas da ANS, e dos procedimentos a eles vinculados, incluindo:

- a) As despesas assistenciais com doadores vivos, as quais estão sob expensas da operadora/seguradora de planos privados de assistência à saúde do beneficiário receptor;
- b) Os medicamentos utilizados durante a internação;
- c) O acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção; e
- d) As despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos, sem qualquer ônus ao beneficiário receptor;

9.3.4. Cobertura de consultas, sessões ou avaliações por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico ou odontólogo assistente, observando os critérios das alíneas *a* e *b* do art. 22 da RN/ANS 428/2017 e alterações;

9.3.5. Cobertura a órteses e próteses ligadas aos atos cirúrgicos listados nos anexos da RN/ANS 428/2017 e suas alterações, observando a RN/ANS 424/2017;

9.3.6. Cobertura das despesas, incluindo alimentação e acomodação, relativas ao acompanhante, salvo contra-indicação do médico ou cirurgião dentista assistente, especificamente nos casos de internação de:

- a) Crianças e adolescentes menores de 18 anos;
- b) Idosos a partir do 60 anos de idade;
- c) Pessoas com deficiência e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- d) Gestante durante o trabalho de parto e pós parto imediato por indicação do médico assistente.
- 9.3.7.** Cobertura dos procedimentos cirúrgicos buco-maxilo-faciais listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS, para a segmentação hospitalar, incluindo a solicitação de exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais ligados ao ato cirúrgico utilizados durante o período de internação hospitalar;
- 9.3.8.** Cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar, com equipe de saúde necessária à complexidade do caso, incluindo exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação utilizados durante o período de internação hospitalar;
- 9.3.9.** Cobertura obrigatória para os seguintes procedimentos considerados especiais cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar:
- a) Hemodiálise e diálise peritonial - CAPD;
 - b) Quimioterapia oncológica ambulatorial como definida no inciso X do art. 21 da RN/ANS 428/2017 e os medicamentos para tratamento antineoplástico domiciliar de uso oral;
 - c) Procedimentos radioterápicos previstos no Anexo I da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS, para as segmentações ambulatorial e hospitalar;
 - d) Hemoterapia;
 - e) Nutrição parenteral ou enteral;
 - f) Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica descritos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS;
 - g) Embolizações listadas nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS
 - h) Radiologia intervencionista;
 - i) Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
 - j) Procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS; e
 - k) Acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio dos pacientes submetidos aos transplantes listados nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS, exceto fornecimento de medicação de manutenção.
- 9.3.10.** Cobertura para internações em enfermaria ou apartamento com quarto privativo, conforme o plano, ressalvadas as hipóteses do local não dispor da acomodação contratada, o qual fica garantido o atendimento mesmo em outra acomodação.
- 9.3.10.1. Nas internações deverá ser providenciada a guia de internação hospitalar, nas seguintes formas:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018**

- a) Previamente para internações eletivas (sem urgência e sem emergência);
 - b) No prazo de 72 (setenta e duas) horas para internações de urgência e emergência.
- 9.3.10.2. A internação hospitalar compreende as coberturas das despesas com médicos, diárias, taxas, materiais e medicamentos prescritos pelo médico assistente, e aparelhos necessários ao tratamento ou à cirurgia;
- 9.3.10.3.** Deverá ser dada cobertura para exames complementares indispensáveis para o tratamento e elucidação diagnóstica, bem como, fornecimento de anestésicos, gases medicinais, e outros, conforme prescrição do médico assistente, desde que realizados e ministrados durante o período de internação hospitalar.
- 9.4. O Plano Obstétrico** compreende todos os procedimentos relativos ao pré-natal, assistência ao parto e puerpério, observadas as seguintes exigências:
- 9.4.1.** Cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante:
 - a) Pré-parto;
 - b) Parto; e
 - c) Pós-parto imediato, entendido como o período que abrange 10 (dez) dias após o parto, salvo intercorrências, a critério do médico;
 - 9.4.2.** Cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto; e
 - 9.4.3.** Opção de inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção. A isenção de carência ao recém-nascido no prazo acima, para ingresso no plano deste Tribunal, independe do cumprimento de carência pelo genitor (mãe ou pai) inscrito no plano.
 - 9.4.4.** Para fins de cobertura do parto normal, este procedimento poderá ser realizado por enfermeiro obstétrico habilitado, conforme legislação vigente, consoante o disposto no art. 5º da RN ANS nº 428/2017.
- 9.5. Além dos procedimentos cobertos, descritos nos itens anteriores, deverá ser dada cobertura à cirurgia plástica restauradora de funções de órgãos e regiões, decorrentes de acidentes pessoais e nas situações previstas em normativas da ANS.
- 9.6. Haverá, ainda, cobertura para cirurgia plástica reconstrutiva de mama utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer, conforme artigo 10-A da Lei nº 9.656/98
- 9.7. Da cobertura à saúde mental – transtornos psiquiátricos:**
- 9.7.1.** O plano também deverá dar cobertura ao tratamento de transtornos psiquiátricos, no plano ambulatorial e hospitalar, nos termos da Resolução Normativa ANS Nº 428/2017, nos termos do art. 12 da Lei nº 9656/98, com alterações e demais normativas expedidas pela ANS e demais órgãos competentes. A cobertura deve abranger todos os atendimentos clínicos e cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10, compreendendo:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 9.7.1.1. Custeio integral de internação, por ano de contrato não cumulativos, em hospital psiquiátrico ou em unidade ou em enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para que os portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise;
- 9.7.1.2. Custeio integral de internação, por ano de contrato não cumulativos, em hospital geral, para portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;
- 9.7.2. Todos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto-infligidas, estão obrigatoriamente cobertos, consoante o parágrafo único do art. 10 da RN ANS nº 428/2017.

10. DOS PROCEDIMENTOS NÃO COBERTOS

- 10.1. Em conformidade com o que prevê a lei nº. 9656/98 estão excluídos de cobertura do plano os eventos e despesas decorrentes de atendimentos, serviços ou procedimentos não previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento, ressalvadas as coberturas previstas neste termo.
- 10.2. Estão excluídos os seguintes procedimentos dentro das coberturas:
 - a) Atendimentos, procedimentos, exames ou tratamentos realizados fora da área de abrangência contratual, mesmo nos casos de urgência e emergência;
 - b) Tratamentos clínicos, procedimentos e exames decorrentes de tratamentos não custeados pela operadora, exceto se o evento/consequência encontrar-se previsto, no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento, ocasião em que a cobertura será obrigatória independentemente da causa;
 - c) Procedimentos clínicos, cirúrgicos ou laboratoriais, para patologias não relacionadas no código internacional de doenças – cid10, vigente na data do evento;
 - d) Tratamento clínico ou cirúrgico experimental;
 - e) Tratamentos e cirurgias não éticos ou ilegais, assim definidos sob o aspecto médico;
 - f) Cirurgias para mudança de sexo;
 - g) Procedimentos clínicos ou cirúrgicos com finalidades estéticas, cosméticas bem como órteses e próteses para o mesmo fim;
 - h) Internações ou hotelaria em SPA's ou clinicas de emagrecimento, seus procedimentos, materiais ou medicamentos e honorários profissionais;
 - i) Escleroterapia de varizes;
 - j) Procedimentos clínicos ou cirúrgicos de natureza estética em geral;
 - k) Tratamentos clínicos e/ ou cirurgias, para rejuvenescimento, bem como para prevenção de envelhecimento; tratamento cirúrgico para obesidade que não se enquadrem nos critérios definidos pelo ministério da saúde;
 - l) Transplantes de: fígado; coração; medula; pâncreas; pulmão; ou outro de qualquer natureza, exceto o de rim e córnea e os transplantes autólogos listados no rol de procedimentos e eventos em saúde vigente à época do evento;
 - m) Implantes que não constem do rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- n) Procedimentos em especialidades não reconhecidas pelo conselho federal de medicina;
- o) Necropsia, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;
- p) Aviamento de óculos; gesso sintético; aparelhos de surdez; aparelhos destinados à reabilitação ou complementação de função;
- q) Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios, não ligados ao ato cirúrgico;
- r) Fornecimento de prótese, órtese, e acessórios, não registradas na ANVISA;
- s) Medicamentos ainda não registrados na agência nacional de vigilância sanitária - ANVISA;
- t) Medicamentos e materiais importados não nacionalizados, ou seja, aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA;
- u) Vacinas;
- v) Despesas hospitalares extraordinárias referentes a ligações telefônicas, lavagem de roupas particulares, dieta ou produtos não prescritos pelo médico responsável, produtos de higiene pessoal, ou outros serviços extraordinários requeridos pelo beneficiário que excedem o limite do contrato;
- w) Acomodação hospitalar em padrão de conforto superior ao estabelecido no contrato, salvo na hipótese de indisponibilidade de leito comprovada e informada previamente;
- x) Despesas de acompanhantes exceto as previstas neste termo conforme subitem 9.3.6;
- y) Inseminação artificial;
- z) Procedimentos odontológicos, exceto cirurgia buco-maxilo-facial em conformidade com o rol de procedimentos e eventos em saúde vigente à época do evento;
- aa) Serviços de enfermagem em caráter particular;
- bb) Fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvadas as situações previstas em regulamentação pela Agência Nacional de Saúde;
- cc) Procedimentos clínicos, cirúrgicos ou laboratoriais de patologias não relacionadas no código internacional de doenças – CID 10;
- dd) Procedimentos que estejam em desacordo com o rol de procedimentos e eventos em saúde estabelecidos pela ANS, vigentes à época do evento;
- ee) Tratamentos em clínicas de emagrecimento, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, clínicas para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;
- ff) Fornecimento de medicamentos para manutenção de pacientes transplantados, salvo durante a internação hospitalar;
- gg) Transporte de beneficiário, exceto nos casos previstos nos normativos vigentes ou outras que venham substituí-las;
- hh) Hidroginástica e reeducação postural geral (RPG).
- ii) Todos os procedimentos que não sejam solicitados e/ou realizados por médicos assistentes;
- jj) Atendimento ocorrido em estabelecimentos não pertencentes à rede credenciada, cooperada ou referenciada, exceto para os casos de urgência e emergência, consoante o previsto no subitem 10.2.2 descrito abaixo;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

kk) Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

10.2.1. Os procedimentos previstos nas alíneas acima passarão a ser cobertos, caso passem a integrar o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde estipulados pela ANS.

10.2.2. Conforme alínea “jj” acima descrita, não há cobertura para atendimentos fora da rede credenciada, cooperada ou referenciada, exceto nos casos de urgência e emergência, ou outro caso não previsto, autorizado pela contratada. Contudo, na hipótese de não haver credenciado para consultas, exames ou procedimentos cobertos na localidade onde se encontra o usuário, caberá à contratada proceder à cobertura na forma prevista na RN ANS nº 259/2011 e respectivas alterações.

10.3. É facultado à contratada, nos termos do art. 14 da RN ANS nº 428/2017, disponibilizar a assistência e internação domiciliar.

11. DAS CARÊNCIAS, AGRAVO E COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA

11.1. Em virtude do plano privado de assistência à saúde ser pactuado pelo regime de contratação coletivo empresarial com número de participantes superior a trinta beneficiários, não haverá cláusula de agravo nem cobertura parcial temporária, nos casos de doenças ou lesões pré-existentes, nem será permitida a exigência de cumprimento de prazos de carência dos beneficiários titulares e dependentes inscritos na data da contratação do plano, ou que formalize o pedido de ingresso em até trinta dias da celebração do contrato coletivo, bem como dos novos magistrados e servidores, e seus dependentes, que formalizar o pedido de ingresso até 30 dias da data de admissão no TRT 24ª Região.

11.2. Fica ainda isento do cumprimento de carência o recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção, nos termos do art. 23, inciso III da RN ANS nº 428/2017 e nos itens 4 a 5 da Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

11.3. O menor de 12 anos adotado por beneficiário de plano de saúde, ou sob guarda ou tutela deste, inscrito no plano privado de assistência à saúde em até 30 (trinta) dias a contar da adoção, guarda, ou tutela, aproveitará os prazos de carência já cumpridos pelo beneficiário adotante, seja ele pai ou mãe, ou responsável legal, nos termos de item 7 da Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

11.4. Os cônjuges recém-casados, inscritos até 30 (trinta) dias da data do casamento aproveitarão os períodos de carência já cumpridos pelo(a) titular, bem como os companheiros que tenham reconhecido sua união estável.

11.5. Com exceção aos itens anteriores, haverá carência apenas para os usuários incluídos após a contratação, conforme definido abaixo:

11.5.1. 90 dias para internações cirúrgicas;

11.5.2. 300 dias para partos a termo;

11.5.3. 60 dias para tomografias e ressonâncias magnéticas;

11.5.4. 120 dias para cirurgias cardíacas.

11.6. O subitem 11.5 e respectivos subitens deverão observar o disposto na Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

12. DOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 12.1. A operadora/seguradora poderá estabelecer relação de exames, para os quais haverá a necessidade de autorização prévia da operadora/seguradora, exceto para os casos caracterizados como urgência e emergência e para os discriminados abaixo:
 - 12.1.1. Consultas médicas;
 - 12.1.2. Exames laboratoriais de patologia clínica, considerados simples e de rotina: Hemograma, Glicose, Sódio, Potássio, Uréia, Creatinina Colesterol total, Colesterol HDL, Triglicerídeos, Urina Tipo 1 EAS e Parasitológico de Fezes;
 - 12.1.3. Radiologia simples sem contraste;
 - 12.1.4. Eletrocardiograma;
 - 12.1.5. Tonometria;
 - 12.1.6. Colposcopia.
- 12.2. Não será exigida a autorização prévia da operadora/seguradora para o atendimento e a realização de exames, em casos caracterizados como urgência e emergência.
- 12.3. A contratada deverá providenciar as autorizações observando-se os prazos para atendimento ao usuário, previstos na RN ANS Nº 259/2011 e demais normas da ANS, sob pena de incorrer nas penalidades previstas no subitem 23.

13. DO REEMBOLSO

- 13.1. A operadora/seguradora assegurará o reembolso, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, nos casos de urgência e emergência, quando não tenha sido possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados, correspondente ao plano contratado.
- 13.2. O reembolso de que trata a cláusula anterior será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos originais relacionados abaixo, de acordo com os valores de tabela praticada pela operadora/seguradora, vigente na data do evento, disponibilizada para fins de consulta em sua sede administrativa.
- 13.3. O beneficiário perderá o direito ao reembolso decorrido 12 (doze) meses da data do evento.
- 13.4. Deverá ser entregue à operadora/seguradora, com o pedido de reembolso, a seguinte documentação:
 - 13.4.1. Relatório do médico assistente, declarando o nome do paciente, a descrição do tratamento e respectiva justificativa dos procedimentos realizados, data do atendimento e, quando for o caso, período de permanência no hospital e data da alta hospitalar, CID da doença básica, descrição das complicações quando for o caso e relatório de alta;
 - 13.4.2. Conta hospitalar discriminando a quantidade e tipo de materiais e medicamentos consumidos, com preços por unidade, com notas fiscais, faturas ou recibos do hospital;
 - 13.4.3. Recibos individualizados de honorários dos médicos assistentes, auxiliares e outros, com os respectivos números de CRM, discriminando funções e evento a que se referem;
 - 13.4.4. Comprovantes relativos aos serviços de exames complementares de diagnóstico e terapia, e serviços auxiliares, acompanhados do pedido do médico assistente e exame anátomo patológico decorrente de procedimento cirúrgico.

14. DO TRANSPORTE INTER-HOSPITALAR



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 14.1. Deverá ser dada a cobertura de remoção inter-hospitalar, por ambulância, após realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade que realiza o atendimento de urgência e emergência, para a continuidade de atendimento ao usuário ou pela necessidade de internação, nos termos da Resolução CONSU Nº 13/98 e demais normas vigentes.

15. DOS USUÁRIOS: CRITÉRIOS DE ADMISSÃO, PERMANÊNCIA E EXCLUSÃO

- 15.1. São usuários do Plano, os Desembargadores, Juízes e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - da 24ª Região e suas respectivas famílias, sendo:

15.1.1. Usuário TITULAR: Desembargadores e Juízes do Trabalho, em atividade ou aposentados, e os Juízes Classistas aposentados que recebam proventos de aposentadoria pelo TRT 24ª Região, os servidores do quadro efetivo, ativos ou aposentados, os ocupantes de cargo em comissão, os servidores removidos ou cedidos de outros órgãos públicos ou a outros órgãos, os servidores com lotação provisória no TRT 24ª Região, vedada a acumulação com o plano de saúde de outro órgão, e os pensionistas, todos vinculados ao TRT 24ª Região.

15.1.2. Usuário DEPENDENTE: Cônjuge ou companheiro(a); filhos(as), biológicos ou adotivos, enteados(as), os menores de 21 anos que estejam sob guarda judicial do titular e os dependentes classificados como especiais (agregados), especificados em Resolução ou Ato do Tribunal contratante.

15.1.2.1. A inclusão de dependentes dependerá da participação do(a) titular no plano de assistência à saúde, prevalecendo ao dependente a mesma opção de plano do titular.

- 15.2. Não será permitida a cobrança de taxa de inscrição/inclusão ou outras taxas não previstas neste termo.
- 15.3. A emissão e entrega das Carteiras de Identificação deverá ser realizada para o TRT no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da solicitação de inclusão ou do pedido de 2ª via.
- 15.4. As inclusões serão encaminhadas pelo Tribunal à Contratada até o último dia útil de cada mês, para vigorar a contar do primeiro dia do mês subsequente ao protocolo do pedido, exceto nas situações que necessitar de inclusão antecipada tais como: inclusão imediata de recém-nascido ou de titular recém-ingresso no Tribunal, quando necessário para não cumprir carência, em virtude dos prazos estipulados pela ANS.
- 15.5. O Tribunal informará à Contratada, até o último dia útil de cada mês, as exclusões de usuários, encaminhando os respectivos cartões de identificação.
- 15.6. É assegurado ao servidor/magistrado exonerado pelo Tribunal, sem que haja justa causa, que contribuiu para o plano de saúde, em decorrência de vínculo com o TRT 24ª Região, o direito de manter temporariamente sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial, desde que assuma o seu pagamento integral constante em contrato, consoante o art. 30 da Lei 9.656/98.
- 15.6.1.** O período de manutenção após a exoneração será de 1/3 (um terço) do tempo de permanência em que tenha contribuído para o plano de saúde do TRT 24ª Região, com um mínimo assegurado de 6 (seis) e um máximo de 24 (vinte e quatro) meses, no mesmo plano em que se encontrava quando da exoneração, na forma prevista no art. 4 e art. 13, inciso I Resolução Normativa ANS nº 279/2011.
- 15.6.1.1. A manutenção temporária do beneficiário ocorrerá no mesmo plano contratado, consoante art. 13, inciso I da RN ANS nº 279/2011, nas mesmas condições e valores constantes do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 15.6.2.** A manutenção acima é extensiva, obrigatoriamente, a todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do vínculo com o TRT 24ª Região.
- 15.6.3.** A condição prevista no *caput* do subitem 15.6 deixará de existir quando da admissão do titular em novo cargo ou emprego público ou privado ou se mantiver vínculo com órgão ou empresa que possibilite o ingresso do ex-servidor em um plano de assistência à saúde empresarial, coletivo por adesão ou de autogestão. O direito de manutenção também deixará de existir pelo decurso do prazo previsto no subitem 15.6.4 e pelo cancelamento pelo Tribunal do plano de saúde.
- 15.6.4.** O ex-servidor/magistrado, exonerado sem justa causa, poderá optar pela manutenção da condição de beneficiário no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu pedido ou da ciência de sua exoneração, consoante art. 10 da Resolução Normativa ANS nº 279/2011.
- 15.6.4.1.** A contagem do prazo previsto no subitem 15.6.4 somente se inicia a partir da comunicação inequívoca sobre a opção de manutenção da condição de beneficiário de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.
- 15.6.5.** O previsto no subitem 15.6 não se aplica na hipótese de exoneração, vacância ou dispensa, a pedido do magistrado ou servidor.
- 15.7.** Em caso de morte do titular, havendo pensionista, este assume a titularidade do plano, garantindo o direito de permanência aos dependentes inscritos. Não havendo pensionista, o direito de permanência é assegurado, temporariamente, aos dependentes cobertos pelo plano coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto do subitem 15.6 e respectivos subitens, consoante art. 30, §3º da Lei 9.656/98.
- 15.7.1.** Em caso de morte do titular e não havendo o interesse no período de permanência acima, os dependentes poderão exercer a portabilidade especial de carências, no prazo de 60 dias do falecimento, para os planos e condições previstas no art. 7º- B da RN ANS nº 252/2011.
- 15.7.2.** Nas situações de permanência temporária descrita no subitem 15.7, após o período previsto no item 15.6.1 o (a)(s) beneficiário(a)(s) será(ão) excluído(s) do plano do TRT 24ª Região. O aproveitamento de carências para outros planos deverá observar a Súmula Normativa ANS n. 21/2011, RN ANS nº 252/2011 e demais normativas da ANS.
- 15.8.** No caso de aposentadoria de servidor cedido/removido para TRT 24ª Região, que se aposentaram pelo Órgão de Origem ou pelo INSS, a permanência no plano de saúde somente será realizada se houver norma da ANS ou outro de outro Órgão competente que determine neste sentido.
- 15.9.** O recém-nascido, filho(a) natural ou adotivo(a) do beneficiário(a), terá cobertura dentro do respectivo plano de saúde, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto, prazo necessário à inclusão do dependente em plano de saúde, sem o cumprimento de carência.
- 15.10.** No caso de inclusão de usuários com doenças ou lesões pré-existentes, não será cobrado agravo, nem haverá cobertura parcial temporária.
- 15.11.** Não haverá exclusão de usuários ou impedimento no ingresso do plano de saúde, por doença e lesões pré-existentes.
- 15.12.** Perderá a condição de beneficiário do plano de saúde, o magistrado ou servidor, e seus dependentes, que perder o vínculo com o TRT 24ª Região, como nos casos de exoneração, demissão, redistribuição de cargos, dispensa de cedidos, ou retorno de removidos, etc., respeitadas as garantias previstas em normas da ANS. Também serão excluídos o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) e os demais usuários incluídos no plano em virtude da relação de parentesco por afinidade. Outras hipóteses de exclusão serão regulamentadas por norma do TRT.

16. DOS SERVIÇOS E DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 16.1. Após o recebimento com os nomes dos usuários a serem inscritos, a operadora/seguradora encaminhará ao Tribunal Regional do Trabalho/24ª Região:
- a) Relação da rede de atendimento, com a indicação de suas especialidades e endereços completos;
 - b) Relação dos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;
 - c) Cartões de identificação dos usuários, contendo informações sobre o tipo de plano e outros dados para facilitar o atendimento.
- 16.2. Não haverá cobrança pela emissão da 1ª via do cartão de identificação e pela emissão dos cartões no caso de renovações contratuais. O usuário pagará à operadora/seguradora o valor de, no máximo, **R\$ 11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos)** pela emissão de 2ª via do cartão de identificação em caso de extravio, roubo, furto ou inutilização da via original.
- 16.2.1.** Em caso de extravio, roubo ou furto do cartão, o Usuário deverá comunicar imediatamente a operadora/seguradora do ocorrido, sendo responsável pelas despesas pelo uso indevido até a data e horário da informação à operadora/seguradora.
- 16.2.2.** Não será cobrada a emissão de 2ª via de cartão por falhas na impressão de dados ou no magnético do cartão, salvo se decorrente de mau uso pelo beneficiário.
- 16.3. Em caso de atendimento sem o documento de identificação, o usuário deverá solicitar à operadora/seguradora autorização específica para cada atendimento que venha necessitar ou, sempre que possível, permitir o atendimento na rede credenciada/cooperada mediante a apresentação pelo beneficiário de documento público de identificação e fornecimento dos dados do cartão.
- 16.4. O início de atendimento ao usuário ocorrerá a partir da data de vigência do contrato ou da data de sua inclusão, exceto o recém-nascido, filho natural ou adotivo do titular ou do dependente, que terá cobertura imediata até 30 dias subsequentes ao nascimento, pelo cartão da mãe ou pai, inscritos no plano.

17. DO VALOR INDIVIDUAL DO PLANO

- 17.1. O valor do plano de deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 63/2003 e ao limite previsto neste Termo, conforme abaixo:
- 17.1.1.** O valor fixado para a última faixa etária não deverá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária, devendo ainda obedecer o limite de 6% entre as faixas etárias até a penúltima e de 10% da penúltima para a última, afim de garantir a manutenção do quantitativo inscrito;
- 17.1.2.** a variação acumulada entre a sétima e décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e sétima faixas;
- 17.1.3.** As variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos.
- 17.2. Com base nos critérios acima e valores estabelecidos para esta contratação, o valor individual do plano não poderá exceder ao **valor abaixo**:

Faixa etária	Quantidade de beneficiários	Valor máximo por beneficiário	Valor máximo mensal	Valor máximo anual
0-18	513	377,46	193.636,98	2.323.643,76
19-23	138	400,11	55.215,18	662.582,16
24-28	116	424,11	49.196,76	590.361,12
29-33	167	449,56	75.076,52	900.918,24
34-38	227	476,53	108.172,31	1.298.067,72



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

39-43	186	505,13	93.954,18	1.127.450,16
44-48	216	535,43	115.652,88	1.387.834,56
49-53	198	567,56	112.376,88	1.348.522,56
54-58	189	601,61	113.704,29	1.364.451,48
59 ou mais	814	661,78	538.688,92	6.464.267,04
Valor Total Máximo Anual Estimado				17.468.098,80

17.3. A taxa de emissão por 2ª via de cartão não poderá exceder ao valor constante do item 16.2.

17.4. O valor global estimado para a contratação, 30 meses, é de **R\$ 43.670.247,00**.

18. DAS QUANTIDADES DE USUÁRIOS A SEREM INSCRITOS

18.1. A quantidade total de usuários que ingressarão nos planos é de aproximadamente 2.764 (dois mil e setecentos e sessenta e quatro), podendo variar conforme as necessidades do TRT/24ª Região, observados os limites de acréscimo e supressão previstos em lei.

18.2. O critério de valores das mensalidades ocorrerá por faixa etária.

18.3. O atual quantitativo de usuários do plano de saúde do TRT 24ª Região, distribuído por faixa etária, é o constante do quadro abaixo:

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade total por faixa etária
0-18	261	252	513
19-23	71	67	138
24-28	65	51	116
29-33	81	86	167
34-38	128	99	227
39-43	110	76	186
44-48	119	97	216
49-53	106	92	198
54-58	101	88	189
59 ou mais	488	326	814
Total de Usuários: 2.764 usuários			

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados **mensalmente**, por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S.A., no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento e liquidação das notas fiscais/faturas, referentes à prestação dos serviços, **observado que a sua emissão dar-se-á até o dia 10 do mês subsequente ao da competência**.

19.1.1. O fiscal deverá providenciar a liquidação da nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem anterior.

19.1.2. Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para este Tribunal, inclusive moratório.

19.2. Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

- 19.3. As empresas optantes do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de impostos e contribuições das microempresas de pequeno porte – não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção, conforme disposição legal. O termo de opção do SIMPLES deverá ser apresentado com a nota fiscal.
- 19.4. Findo o contrato, os serviços utilizados e não faturados deverão ser cobrados em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

20. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 20.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do Tribunal, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21. DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES

- 21.1. Fica assegurada à autoridade competente do contratante aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

22. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 22.1. Não haverá alteração de valores com periodicidade inferior a 1 ano, conforme dispõe os §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 10.192/01, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.
- 22.2. Os preços serão reajustados anualmente, pelo índice de reajuste técnico, em situação onde o equilíbrio econômico do contrato esteja prejudicado. O reajuste por acréscimo será realizado quando constatado que a sinistralidade no período avaliado esteja acima de 80% (oitenta por cento) da meta de sinistralidade, a ser apurada conforme a seguinte fórmula:

S = (DA-RC)/R, onde:

S = Sinistralidade



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

DA = Despesas Assistenciais

RC = Recuperação de co-participação

R = Receita

Onde:

DA (Despesas Assistenciais): São todos os dispêndios de utilização do plano de saúde, efetuados pelos beneficiários, entre eles, honorários médicos, insumos, procedimentos médicos, internações, taxas, medicamentos, etc., durante o período apurado, inclusive eventuais ressarcimentos realizados pela Operadora ao Sistema Único de Saúde – SUS, decorrentes da utilização espontânea dos beneficiários do plano no serviço público.

RC (Recuperação de Co-participação): Total de pagamentos de Co-participação efetuados por beneficiários do plano no período apurado.

R (Receitas): São todos os valores remunerados à Operadora de Saúde por conta da prestação de serviço do plano de saúde, no período apurado.

22.2.1. O **índice de reajuste técnico** a ser aplicado para o Equilíbrio Econômico do Plano será apurado conforme a seguinte fórmula:

$r = S/S_m$, onde:

r = índice de reajuste;

S = correspondente à sinistralidade do período;

S_m = correspondente à meta de sinistralidade - 80%.

22.3. A contratada deverá apresentar até o final do mês de outubro as despesas de utilização do exercício, para cálculo do primeiro reajuste. Os reajustes seguintes serão apurados no mês de novembro de cada ano, com base em 12 (doze) meses de utilização, a partir do mês subsequente ao último reajuste apurado.

22.3.1. No início do mês de novembro será realizado o previsto no subitem 22.2, considerando a prestação de contas apresentada pela operadora.

22.4. Não serão aceitos percentuais de reajustes diferenciados entre as faixas etárias.

22.5. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes da revisão ultrapassarão os praticados no mercado, a ser realizado por pesquisa de preços que abranjam órgãos públicos e fornecedores, por ocasião do reajuste.

22.6. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

22.7. Os preços também sofrerão reajustes por faixa etária, na forma a seguir:

22.7.1. As mensalidades são estabelecidas de acordo com a faixa etária em que cada beneficiário inscrito esteja enquadrado. Ocorrendo alteração na idade de qualquer dos beneficiários que importe em deslocamento para a faixa etária superior, a contraprestação pecuniária será aumentada automaticamente, no mês seguinte ao do aniversário do beneficiário, conforme valores contratados.

23. DAS PENALIDADES

23.1. Na hipótese de atraso injustificado na entrega dos Documentos/Cartões de Identificação, sujeitar-se-á a contratada ao pagamento de multa equivalente ao valor diário da mensalidade de cada usuário



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

prejudicado (Mensalidade/Dias do Mês), por dia que ultrapassar o respectivo prazo. Na hipótese de atraso injustificado para autorização de exames e demais procedimentos cobertos sujeitar-se-á à aplicação de multa diária de 10% do valor da mensalidade de cada usuário prejudicado o que não impedirá nos casos mencionados, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

- 23.2. Em caso de não-autorização de procedimento previsto entre os procedimentos cobertos, conforme disposição contratual, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades previstas no subitem 23.3.
- 23.3. A inexecução, total ou parcial, do objeto do presente contrato, poderá acarretar, **garantida a prévia defesa**, as seguintes sanções:
- 23.3.1.** Advertência;
- 23.3.2.** Multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contato, em caso de **inexecução parcial da obrigação assumida**;
- 23.3.3.** Multa de até 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato, em caso de **inexecução total do contrato**;
- 23.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a União, e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.
- 23.4. As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.
- 23.5. O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será retido do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93.
- 23.6. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional.
- 23.7. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.
- 23.8. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica deste Tribunal (opção "Transparência").

24. DAS DEFESAS PRÉVIAS E DOS RECURSOS

- 24.1. As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 79, 87, 109 e 110 da Lei nº 8.666/93, e poderão ser enviados por e-mail, **exclusivamente** ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo da apresentação dos originais no prazo legal estabelecido.
- 24.2. Com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos, e até manifestação em contrário do TRT24, faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de apresentar defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de meio eletrônico, por intermédio de e-mail mencionado no ofício de notificação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

24.2.1. A apresentação de defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de e-mail não exime a CONTRATADA de enviar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias do término do prazo legal.

24.2.2. O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por email, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

25.2. Manter preposto aceito pela Administração do TRT da 24ª Região, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser **formalmente indicado**, por ocasião da assinatura do instrumento contratual, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF, documento de identidade, endereço, telefone de contato e e-mail;

25.2.1.1. O preposto indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se ao Fiscal TRT 24ª Região em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.

25.2.1.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

25.3. Executar os serviços direcionados à prevenção de doenças e recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, na forma determinada neste termo de referência e na legislação vigente acerca da matéria;

25.4. Efetuar e manter o registro dos produtos contratados na ANS, nos prazos estabelecidos por aquela Agência;

25.5. Informar o percentual dos reajustes de preços à ANS, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua aplicação, conforme determinação daquela Agência;

25.6. Garantir o atendimento de titulares e dependentes em todo o território nacional, inclusive os residentes em outros Estados;

25.7. Dispor de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada com, no mínimo, 500 (quinhentos) estabelecimentos na Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, pronto-socorros e postos diversos para pronto atendimento médico, obrigando-se a manter esse número mínimo durante a vigência do presente contrato e, se possível, aumentá-lo, visando a qualidade dos serviços a serem prestados. Deverá possuir rede credenciada que possibilite o atendimento da demanda nas localidades onde estão instaladas as Varas do Trabalho deste Tribunal, assim como em todos os Estados da Federação, para garantir o atendimento em todo território nacional;

25.8. Atender às solicitações e às determinações do fiscal do contrato, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;

25.9. Fornecer relatórios detalhados de utilização dos serviços, em arquivo Excel, sempre que solicitado;

25.10. Manter, em página da internet, a relação atualizada de médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e demais serviços credenciados, que possibilite a consulta ao usuário para utilização do plano em qualquer Estado da Federação, devendo constar os nomes, endereços, especialidades e horários de atendimento.

25.11. Disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, para autorizações e informações sobre os serviços contratados, sendo que as autorizações para procedimentos eletivos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

estão sujeitos ao horário de expediente da contratada, em dias úteis, e os atendimentos de urgência e emergência não necessitam de autorização prévia;

- 25.12. Emitir Nota Fiscal/Fatura com as devidas exclusões e inclusões informadas pelo Tribunal, sendo que, na impossibilidade de serem realizadas na fatura do mês, deverão, obrigatoriamente, ser compensadas na nota fiscal/fatura do mês subsequente;
- 25.13. Informar ao beneficiário detalhadamente, em linguagem clara e adequada, o motivo da negativa de autorização do procedimento, indicando a cláusula contratual ou o dispositivo legal que a justifique, consoante o disposto no art. 10 da RN ANS nº 395/2014;
- 25.14. Zelar pela qualidade dos serviços médicos prestados pela sua rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada;
- 25.15. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis;
- 25.16. Disponibilizar empregado responsável em dar suporte ao contratante na demanda dos serviços contratados tais como, por exemplo, receber pedidos de inclusão e exclusão de usuários, receber solicitações de 2ª via de cartões e providenciar o envio de cartões ao contratante, receber pedidos de reembolso, providenciar o envio ao TRT dos relatórios de utilização, dar orientação ao Tribunal e receber informações quanto aos pedidos de autorização que apresentem atraso e tomar as providências necessárias, prestar informações quanto ao acesso aos serviços credenciados e receber reclamações dos serviços que porventura apresentarem alguma falha, providenciando a correção tempestiva, e outras demandas que venham a ocorrer.
- 25.17. Informar o TRT/24ª Região a ocorrência de alteração de endereço e telefone. Caso a empresa não informe, será considerada válida a notificação encaminhada ao último endereço constante dos autos, e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do dia útil subsequente à devolução.
 - 25.17.1.1. Com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos, faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de apresentar as alterações com a utilização de meio eletrônico, **exclusivamente** ao endereço de e-mail a ser fornecido pelo fiscal do contrato.

26. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

- 26.1. Comunicar à operadora/seguradora as inclusões e exclusões que vierem a ocorrer durante a vigência do contrato, nos prazos estabelecidos.
- 26.2. Efetuar o pagamento mensal à contratada mediante a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, nas condições e preços pactuados;
- 26.3. Fiscalizar a execução do contrato, bem como as obrigações assumidas pela operadora/seguradora e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.4. Notificar à contratada qualquer ocorrência considerada irregular, aplicando, conforme o caso, eventuais penalidades;
- 26.5. Prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada, atinentes ao objeto deste Termo de Referência.

27. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 27.1. O TRT designará servidor, por meio de Portaria, para o acompanhamento e a fiscalização da contratação, bem como servidores que auxiliarão na fiscalização.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

- 27.2. Ao Fiscal caberá a conferência e a liquidação das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, devendo verificar, a cada realização de pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista (FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e CNDT).
- 27.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou preposto.
- 27.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o TRT reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio do fiscal do contrato.
- 27.5. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do TRT, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.

Campo Grande MS, 07 de novembro de 2018.

IDAMIR FRANCO DE LIMA
Chefe de Gabinete de Gestão de Saúde
e Programas Assistenciais

FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO DA COSTA
Coordenador de Gestão de Pessoas

Aprovado por:

GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ : _____

ENDEREÇO : _____

TELEFONE: _____ / E-MAIL: _____

CONTATO: _____

LOTE ÚNICO

Plano Apartamento – Abrangência Nacional (com co-participação de 50% no valor das consultas)				
Faixa etária	Qtde de usuários	Valor UNITÁRIO mensal por usuário	Valor mensal total (valor mensal por usuário x Qtde)	Valor anual (valor mensal total x 12)
De 0 a 18 anos	513			
De 19 a 23 anos	138			
De 24 a 28 anos	116			
De 29 a 33 anos	167			
De 34 a 38 anos	227			
De 39 a 43 anos	186			
De 44 a 48 anos	216			
De 49 a 51 anos	198			
De 54 a 58 anos	189			
De 59 anos ou mais	814			
Valor Anual Total				

OBSERVAÇÃO:

- Valores máximos constantes do item 17 do Termo de Referência.
- A quantidade apresentada para cada item (plano) servirá somente de subsídio às proponentes na formulação das propostas e à análise e aferição da proposta mais vantajosa para a Administração e não implicará em compromisso futuro deste Tribunal para com a contratada. A adesão será realizada pelos usuários após a formalização da contratação.

Cartão de identificação / 2ª via		
Item	Especificação do Produto	Valor Unitário
-	Emissão da 2ª via do cartão de identificação, em caso de extravio, roubo, furto ou inutilização da via original.	

OBSERVAÇÃO:

- Valor unitário para emissão da 2ª via do cartão de identificação, em caso de extravio, roubo, furto ou inutilização da via original, conforme previsão contida no subitem 16.2.



Pregão Eletrônico nº 47/2018

[illegible]

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3737/2018
Pregão Eletrônico nº 47/2018**

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E HOSPITALAR, COM OBSTETRÍCIA, DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, COM ACOMODAÇÃO INDIVIDUAL EM APARTAMENTO, COM CO-PARTICIPAÇÃO NAS CONSULTAS, DESTINADOS AOS MAGISTRADOS E SERVIDORES, ATIVOS OU APOSENTADOS, OS PENSIONISTAS E OS RESPECTIVOS DEPENDENTES, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A xxxx

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, com sede na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, CEP 79.031-908, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do CPF nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 317/2017, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **xxxx**, inscrita no CNPJ sob nº **xxxx**, com sede na **xxxx**, em **xxxx**, CEP **xxxx**, e-mail: **xxxx**, telefones (xx) **xxxx**, neste ato representada por **xxxx**, portador do RG nº **xxxx** e do CPF nº **xxxx**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 5.450/2005, pela legislação complementar e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, de abrangência nacional, com acomodação individual em apartamento, com co-participação de 50% (cinquenta por cento) no valor das consultas, destinados aos magistrados e servidores, ativos ou aposentados, os pensionistas e os respectivos dependentes, conforme especificações constantes neste instrumento.

CLÁUSULA 2ª – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar, nas cláusulas deste contrato e naquelas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

47/2018, que fazem parte integrante deste instrumento, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar de 1º de janeiro de 2019, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.

§ 2º Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração a fusão, a cisão, a incorporação e a alteração da razão social da empresa, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

I - no caso de alteração social que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

II - no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.

§ 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação deste contrato de prestação de serviços caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam, ou tenha em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de assessoramento ou no exercício de funções administrativas, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, na forma dos artigos 2º e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com as redações dadas pelas Resoluções CNJ nº 229/2016 e 9/2005 respectivamente.

CLÁUSULA 4ª – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ter início no dia 1º de janeiro de 2019.

CLÁUSULA 5ª – DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

O serviço à saúde será prestado através da contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré-estabelecido, sendo permitida a cobrança de co-participação de 50% (cinquenta por cento) no valor das consultas, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes de rede credenciada,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

contratada ou referenciada, visando a assistência médica e hospitalar, a ser paga integralmente às expensas da operadora/seguradora contratada, consoante o disposto no art. 1º, inciso I da Lei nº 9.656/98.

§ 1º Para efeito do *caput* desta cláusula, consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento.

§ 2º A contratação dar-se-á pelo regime Coletivo Empresarial, nos termos do art. 16, inc. VII, alínea “b” da Lei nº 9.656/1998, pelo sistema de mensalidade pré-fixada (pré-pagamento), aceitando-se o reembolso nos casos exclusivamente previstos neste instrumento ou quando previstos em normas regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ou, ainda, em outras situações não previstas, mas previamente acordada com a CONTRATADA.

§ 3º O objetivo da contratação é a prestação de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia, de natureza clínica e cirúrgica, por profissionais e hospitais e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia próprios ou credenciados, nas internações normais ou terapia intensiva, obrigando-se na execução dos serviços direcionados à prevenção de riscos e doenças, ao tratamento, a recuperação, a manutenção e a reabilitação da saúde.

§ 4º O Plano Privado de Assistência à Saúde contratado deverá estar de acordo com o art. 230, § 3º, inc. II da Lei nº 8.112/1990 e nos termos da Lei nº 9.656/1998, observando-se todas as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devendo, também, abranger todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

CLÁUSULA 6ª – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem contratados serão prestados por meio de regime de execução indireta, empreitada por preço global, mediante preço pré-fixado com variação de valores por faixa etária.

CLÁUSULA 7ª – DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

A abrangência dos serviços deverá ser a nível nacional, prestado por meio de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, abrangendo todas as cidades dos 26 (vinte e seis) Estados da Federação e o Distrito Federal.

Parágrafo único. Será obrigatório o atendimento dos Magistrados, Servidores, Pensionistas e respectivos dependentes (usuários), localizados em qualquer dos locais acima.

CLÁUSULA 8ª – DA REDE DE ATENDIMENTO

Os serviços serão prestados pela rede assistencial da operadora ou seguradora, que compreende a rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, correspondente ao plano contratado em número mínimo de 1.000 (mil) prestadores de serviços em âmbito nacional, incluindo médicos, hospitais clínicas, laboratórios e pronto-socorros.

§ 1º A CONTRATADA deverá possuir rede suficiente para o atendimento nas localidades onde estão instaladas as Varas do Trabalho e sede do CONTRATANTE, com pelo menos 500 (quinhentos)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

credenciados, considerando a soma dos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Campo Grande, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas.

§ 2º Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, no município pertencente à área geográfica de abrangência e à área de atuação do produto, a operadora/seguradora deverá garantir o atendimento nos termos e prazos fixados na Resolução Normativa nº 259/2011 da ANS e atualizações/alterações.

§ 3º A operadora/seguradora deverá manter e, se possível, aumentar a quantidade da rede de atendimento contratada, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados.

§ 4º A substituição de entidade hospitalar só poderá ser feita por outra equivalente mediante autorização prévia da ANS e comunicação ao CONTRATANTE, salvo se ocorrer por pedido da entidade hospitalar credenciada.

CLÁUSULA 9ª – DO PLANO

O Plano Privado de Assistência a Saúde (PPAS) a ser contratado é o AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, sendo permitida a cobrança de co-participação de 50% (cinquenta por cento) do valor referencial de tabela da operadora, em relação às consultas, a ser descontado em folha de pagamento dos titulares, com a seguinte acomodação: internação individual, realizada em apartamento, com banheiro privativo, ar condicionado e direito à acompanhante, observando-se o disposto no inciso VI, da cláusula 12 e, se a unidade hospitalar dispor, inclui-se televisão e frigobar (não incluso o consumo).

CLÁUSULA 10 – DOS PROCEDIMENTOS MÉDICOS COBERTOS

Os procedimentos médicos a serem cobertos pelo plano indicado acima, são aqueles constantes da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, CID 10, da Organização Mundial de Saúde, e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde definidos pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e suas alterações, e em todas as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, nos termos do art. 15 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, a cobertura relacionada ou não com a saúde ocupacional e acidentes de trabalho, visando assistência clínica e cirúrgica, por intermédio de profissionais, hospitais e serviços de diagnóstico e terapia próprios, credenciados ou cooperados, obrigando-se na execução dos serviços direcionados à prevenção das doenças e recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, nos termos e condições ajustados, exclusivamente na área de abrangência contratada. O plano compreende os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia.

CLÁUSULA 11 – DO PLANO AMBULATORIAL

O Plano Ambulatorial compreende os atendimentos realizados em consultório ou em ambulatório, definidos e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, não incluindo internação hospitalar ou procedimentos para fins de diagnóstico ou terapia que, embora prescindam de internação,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

demandem o apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, ou serviços como unidade de terapia intensiva e unidades similares, observadas as seguintes exigências:

I - cobertura de consultas médicas em número ilimitado em clínicas básicas e especializadas (especialidades médicas), inclusive obstétrica para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM;

II - cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais solicitados pelo médico ou cirurgião dentista assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação;

III - cobertura de medicamentos registrados/regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos contemplados na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;

IV - cobertura de consulta ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo de acordo com número de sessões estabelecido na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;

V - cobertura de psicoterapia de acordo com o número de sessões estabelecido na Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e anexos, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS, que poderá ser realizada tanto por psicólogo como por médico devidamente habilitados;

VI - cobertura dos procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações, que podem ser realizados tanto por fisiatra como por fisioterapeuta, em número ilimitado de sessões por ano;

VII - cobertura das ações de planejamento familiar, listadas no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações a serem expedidas pela ANS, para segmentação ambulatorial;

VIII - cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme resolução específica vigente sobre o tema;

IX - cobertura de remoção, depois de realizados os atendimentos classificados como urgência ou emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade para a continuidade da atenção ao paciente ou pela necessidade de internação;

X - cobertura de hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;

XI - cobertura de quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de saúde;

XII - cobertura de medicamentos antineoplásicos orais para uso domiciliar, assim como medicamentos para o controle de efeitos adversos e adjuvantes de uso domiciliar relacionados ao tratamento antineoplásico oral e/ou venoso, respeitando, preferencialmente, as características previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso XI do art. 21 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

XIII - cobertura dos procedimentos de radioterapia listados no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS para a segmentação ambulatorial;

XIV - cobertura dos procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais que prescindam de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas, unidade de terapia intensiva e unidades similares e que estejam descritos no segmento ambulatorial do Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;

XV - cobertura de hemoterapia ambulatorial;

XVI - cobertura das cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, e alterações ou normativas a serem expedidas pela ANS, sem restrição de grau.

§ 1º Para a segmentação ambulatorial, incluem-se, ainda, as coberturas abaixo:

I - procedimentos que exijam forma de anestesia diversa da anestesia local, sedação ou bloqueio;

II - quimioterapia oncológica intra-tecal ou que demande internação;

III - embolizações.

§ 2º As coberturas poderão ser aumentadas, em decorrência de alterações no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e demais normativas expedidas pela ANS e pelos órgãos que regulamentam o setor.

CLÁUSULA 12 – DO PLANO AMBULATORIAL

O Plano Hospitalar compreende os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, conforme Resolução específica vigente, não incluindo atendimentos ambulatoriais para fins de diagnóstico, terapia ou recuperação, ressalvado o disposto no inciso X do art. 22 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações, observadas as seguintes exigências:

I - cobertura, em número ilimitado de dias, de todas as modalidades de internação hospitalar;

II - cobertura de hospital-dia para transtornos mentais, de acordo com as Diretrizes de Utilização estabelecidas no Anexo II da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS;

III - cobertura de transplantes listados nos Anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, e suas alterações e demais normas da ANS, e dos procedimentos a eles vinculados, incluindo:

a) as despesas assistenciais com doadores vivos, as quais estão sob expensas da operadora/seguradora de planos privados de assistência à saúde do beneficiário receptor;

b) os medicamentos utilizados durante a internação;

c) o acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

d) as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos, sem qualquer ônus ao beneficiário receptor;

IV - cobertura de consultas, sessões ou avaliações por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico ou odontólogo assistente, observando os critérios das alíneas "a" e "b" do art. 22 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e alterações;

V - cobertura a órteses e próteses ligadas aos atos cirúrgicos listados nos anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e suas alterações, observando a Resolução Normativa ANS nº 424/2017;

VI - cobertura das despesas, incluindo alimentação e acomodação, relativas ao acompanhante, salvo contra-indicação do médico ou cirurgião dentista assistente, especificamente nos casos de internação de:

a) crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos;

b) idosos a partir do 60 (sessenta) anos de idade;

c) pessoas com deficiência;

d) gestante durante o trabalho de parto e pós parto imediato por indicação do médico assistente;

VII - cobertura dos procedimentos cirúrgicos buco-maxilo-faciais listados nos anexos da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, com suas alterações e normativas a serem expedidas pela ANS, para a segmentação hospitalar, incluindo a solicitação de exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais ligados ao ato cirúrgico utilizados durante o período de internação hospitalar;

VIII - cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos passíveis de realização ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar, com equipe de saúde necessária à complexidade do caso, incluindo exames complementares e o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação utilizados durante o período de internação hospitalar;

IX - cobertura obrigatória para os seguintes procedimentos considerados especiais cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar:

a) hemodiálise e diálise peritoneal - CAPD;

b) quimioterapia oncológica ambulatorial como definida no inciso X do art. 21 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e os medicamentos para tratamento antineoplástico domiciliar de uso oral;

c) procedimentos radioterápicos previstos no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS, para as segmentações ambulatorial e hospitalar;

d) hemoterapia;

e) nutrição parenteral ou enteral;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

f) procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica descritos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS;

g) embolizações listadas nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS;

h) radiologia intervencionista;

i) exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;

j) procedimentos de reeducação e reabilitação física listados nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS;

k) acompanhamento clínico no pós-operatório imediato, mediato e tardio dos pacientes submetidos aos transplantes listados nos anexos da Resolução Normativa nº 428/2017, e suas alterações e nas demais normativas da ANS, exceto fornecimento de medicação de manutenção;

X - cobertura para internações em enfermaria ou apartamento com quarto privativo, conforme o plano, ressalvadas as hipóteses do local não dispor da acomodação contratada, o qual fica garantido o atendimento mesmo em outra acomodação;

§ 1º Nas internações deverá ser providenciada a guia de internação hospitalar, nas seguintes formas:

I - previamente para internações eletivas (sem urgência e sem emergência);

II - no prazo de 72 (setenta e duas) horas para internações de urgência e emergência.

§ 2º A internação hospitalar compreende as coberturas das despesas com médicos, diárias, taxas, materiais e medicamentos prescritos pelo médico assistente, e aparelhos necessários ao tratamento ou à cirurgia.

§ 3º Deverá ser dada cobertura para exames complementares indispensáveis para o tratamento e elucidação diagnóstica, bem como, fornecimento de anestésicos, gases medicinais, e outros, conforme prescrição do médico assistente, desde que realizados e ministrados durante o período de internação hospitalar.

CLÁUSULA 13 – DO PLANO OBSTÉTRICO

O Plano Obstétrico compreende todos os procedimentos relativos ao pré-natal, assistência ao parto e puerpério, observadas as seguintes exigências:

I - cobertura das despesas, incluindo paramentação, acomodação e alimentação, relativas ao acompanhante indicado pela mulher durante:

a) pré-parto;

b) parto;

c) pós-parto imediato, entendido como o período que abrange 10 (dez) dias após o parto, salvo intercorrências, a critério do médico;

II - cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto;

III - opção de inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção. A isenção de carência ao recém-nascido no prazo acima, para ingresso no plano deste CONTRATANTE, independe do cumprimento de carência pelo genitor (mãe ou pai) inscrito no plano;

IV - para fins de cobertura do parto normal, este procedimento poderá ser realizado por enfermeiro obstétrico habilitado, conforme legislação vigente, consoante o disposto no art. 5º da Resolução Normativa ANS nº 428/2017.

§ 1º Além dos procedimentos cobertos, descritos nos incisos anteriores, deverá ser dada cobertura à cirurgia plástica restauradora de funções de órgãos e regiões, decorrentes de acidentes pessoais e nas situações previstas em normativas da ANS.

§ 2º Haverá, ainda, cobertura para cirurgia plástica reconstrutiva de mama utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer, conforme artigo 10-A da Lei nº 9.656/98

CLÁUSULA 14 – DA COBERTURA À SAÚDE MENTAL

O plano também deverá dar cobertura ao tratamento de transtornos psiquiátricos, no plano ambulatorial e hospitalar, nos termos da Resolução Normativa ANS Nº 428/2017, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.656/98, com alterações e demais normativas expedidas pela ANS e demais órgãos competentes. A cobertura deve abranger todos os atendimentos clínicos e cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10, compreendendo:

I - custeio integral de internação, por ano de contrato não cumulativos, em hospital psiquiátrico ou em unidade ou em enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para que os portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise;

II - custeio integral de internação, por ano de contrato não cumulativos, em hospital geral, para portadores de quadro de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização;

III - todos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto-infligidas, estão obrigatoriamente cobertos, consoante o parágrafo único do art. 10 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017.

CLÁUSULA 15 – DOS PROCEDIMENTOS NÃO COBERTOS

Em conformidade com o que prevê a lei nº. 9656/98 estão excluídos de cobertura do plano os eventos e despesas decorrentes de atendimentos, serviços ou procedimentos não previstos no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento, ressalvadas as coberturas previstas neste termo.

§ 1º Estão excluídos os seguintes procedimentos dentro das coberturas:

I - atendimentos, procedimentos, exames ou tratamentos realizados fora da área de abrangência contratual, mesmo nos casos de urgência e emergência;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

II - tratamentos clínicos, procedimentos e exames decorrentes de tratamentos não custeados pela operadora, exceto se o evento/consequência encontrar-se previsto, no rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento, ocasião em que a cobertura será obrigatória independentemente da causa;

III - procedimentos clínicos, cirúrgicos ou laboratoriais, para patologias não relacionadas no código internacional de doenças – CID10, vigente na data do evento;

IV - tratamento clínico ou cirúrgico experimental;

V - tratamentos e cirurgias não éticos ou ilegais, assim definidos sob o aspecto médico;

VI - cirurgias para mudança de sexo;

VII - procedimentos clínicos ou cirúrgicos com finalidades estéticas, cosméticas bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

VIII - internações ou hotelaria em SPA's ou clínicas de emagrecimento, seus procedimentos, materiais ou medicamentos e honorários profissionais;

IX - escleroterapia de varizes;

X - procedimentos clínicos ou cirúrgicos de natureza estética em geral;

XI - tratamentos clínicos e/ ou cirurgias, para rejuvenescimento, bem como para prevenção de envelhecimento; tratamento cirúrgico para obesidade que não se enquadrem nos critérios definidos pelo Ministério da Saúde;

XII - transplantes de: fígado; coração; medula; pâncreas; pulmão; ou outro de qualquer natureza, exceto o de rim e córnea e os transplantes autólogos listados no rol de procedimentos e eventos em saúde vigente à época do evento;

XIII - implantes que não constem do rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS vigente à época do evento;

XIV - procedimentos em especialidades não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

XV - necropsia, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;

XVI - aviação de óculos; gesso sintético; aparelhos de surdez; aparelhos destinados à reabilitação ou complementação de função;

XVII - fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios, não ligados ao ato cirúrgico;

XVIII - fornecimento de prótese, órtese, e acessórios, não registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

XIX - medicamentos ainda não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

XX - medicamentos e materiais importados não nacionalizados, ou seja, aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

XXI - vacinas;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

XXII - despesas hospitalares extraordinárias referentes a ligações telefônicas, lavagem de roupas particulares, dieta ou produtos não prescritos pelo médico responsável, produtos de higiene pessoal, ou outros serviços extraordinários requeridos pelo beneficiário que excedem o limite do contrato;

XXIII - acomodação hospitalar em padrão de conforto superior ao estabelecido no contrato, salvo na hipótese de indisponibilidade de leito comprovada e informada previamente;

XXIV - despesas de acompanhantes exceto as previstas neste termo conforme inciso VI, da cláusula 12;

XXV - inseminação artificial;

XXVI - procedimentos odontológicos, exceto cirurgia buco-maxilo-facial em conformidade com o rol de procedimentos e eventos em saúde vigente à época do evento;

XXVII - serviços de enfermagem em caráter particular;

XXVIII - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvadas as situações previstas em regulamentação pela Agência Nacional de Saúde - ANVISA;

XXIX - procedimentos clínicos, cirúrgicos ou laboratoriais de patologias não relacionadas no Código Internacional de Doenças – CID 10;

XXX - procedimentos que estejam em desacordo com o rol de procedimentos e eventos em saúde estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vigentes à época do evento;

XXXI - tratamentos em clínicas de emagrecimento, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, clínicas para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

XXXIII - fornecimento de medicamentos para manutenção de pacientes transplantados, salvo durante a internação hospitalar;

XXXIV - transporte de beneficiário, exceto nos casos previstos nos normativos vigentes ou outras que venham substituí-las;

XXXV - hidroginástica e reeducação postural geral (RPG);

XXXVI - todos os procedimentos que não sejam solicitados e/ou realizados por médicos assistentes;

XXXVII - atendimento ocorrido em estabelecimentos não pertencentes à rede credenciada, cooperada ou referenciada, exceto para os casos de urgência e emergência, consoante o previsto **no subitem 10.2.2** descrito abaixo;

XXXVIII - tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

§ 2º Os procedimentos previstos nas alíneas acima passarão a ser cobertos, caso passem a integrar o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde estipulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

§ 3º Conforme o inciso XXXVII acima descrito, não há cobertura para atendimentos fora da rede credenciada, cooperada ou referenciada, exceto nos casos de urgência e emergência, ou outro caso não previsto, autorizado pela contratada. Contudo, na hipótese de não haver credenciado para consultas,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

exames ou procedimentos cobertos na localidade onde se encontra o usuário, caberá à contratada proceder à cobertura na forma prevista na Resolução Normativa ANS nº 259/2011 e respectivas alterações.

§ 4º É facultado à CONTRATADA, nos termos do art. 14 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017, disponibilizar a assistência e internação domiciliar.

CLÁUSULA 16 – DAS CARÊNCIAS, AGRAVOS E COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA

Em virtude do plano privado de assistência à saúde ser pactuado pelo regime de contratação coletivo empresarial com número de participantes superior a 30 (trinta) beneficiários, não haverá cláusula de agravo nem cobertura parcial temporária, nos casos de doenças ou lesões pré-existentes, nem será permitida a exigência de cumprimento de prazos de carência dos beneficiários titulares e dependentes inscritos na data da contratação do plano, ou que formalize o pedido de ingresso em até 30 (trinta) dias da celebração do contrato coletivo, bem como dos novos magistrados e servidores, e seus dependentes, que formalizar o pedido de ingresso até 30 (trinta) dias da data de admissão no CONTRATANTE.

§ 1º Fica ainda isento do cumprimento de carência o recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção, nos termos do art. 23, inc. III da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 e nos itens 4 a 5 da Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

§ 2º O menor de 12 (doze) anos adotado por beneficiário de plano de saúde, ou sob guarda ou tutela deste, inscrito no plano privado de assistência à saúde em até 30 (trinta) dias a contar da adoção, guarda, ou tutela, aproveitará os prazos de carência já cumpridos pelo beneficiário adotante, seja ele pai ou mãe, ou responsável legal, nos termos do item 7 da Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

§ 3º Os cônjuges recém-casados, inscritos até 30 (trinta) dias da data do casamento aproveitarão os períodos de carência já cumpridos pelo(a) titular, bem como os companheiros que tenham reconhecido sua união estável.

§ 4º Com exceção aos parágrafos anteriores, haverá carência apenas para os usuários incluídos após a contratação, conforme definido abaixo:

- I – 90 (noventa) dias para internações cirúrgicas;
- II – 300 (trezentos) dias para partos a termo;
- III – 60 (sessenta) dias para tomografias e ressonâncias magnéticas;
- IV – 120 (cento e vinte) dias para cirurgias cardíacas.

§ 5º O parágrafo 4º e respectivos incisos deverão observar o disposto na Súmula Normativa ANS nº 25/2012.

CLÁUSULA 17 – DOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO

A operadora/seguradora poderá estabelecer relação de exames, para os quais haverá a necessidade de autorização prévia da operadora/seguradora, exceto para os casos caracterizados como urgência e emergência e para os discriminados abaixo:

- I - consultas médicas;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

II - exames laboratoriais de patologia clínica, considerados simples e de rotina: hemograma, glicose, sódio, potássio, uréia, creatinina, colesterol total, colesterol HDL, triglicerídeos, urina tipo 1 EAS e parasitológico de fezes;

III - radiologia simples sem contraste;

IV - eletrocardiograma;

V - tonometria;

VI - colposcopia.

§ 1º Não será exigida a autorização prévia da operadora/seguradora para o atendimento e a realização de exames, em casos caracterizados como urgência e emergência.

§ 2º A CONTRATADA deverá providenciar as autorizações observando-se os prazos para atendimento ao usuário, previstos na Resolução Normativa ANS Nº 259/2011 e demais normas da ANS, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA 18 – DO REEMBOLSO

A operadora/seguradora assegurará o reembolso, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, nos casos de urgência e emergência, quando não tenha sido possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados, correspondente ao plano contratado.

§ 1º O reembolso de que trata esta cláusula será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação dos documentos originais relacionados abaixo, de acordo com os valores de tabela praticada pela operadora/seguradora, vigente na data do evento, disponibilizada para fins de consulta em sua sede administrativa.

§ 2º O beneficiário perderá o direito ao reembolso decorrido 12 (doze) meses da data do evento.

§ 3º Deverá ser entregue à operadora/seguradora, com o pedido de reembolso, a seguinte documentação:

I - relatório do médico assistente, declarando o nome do paciente, a descrição do tratamento e respectiva justificativa dos procedimentos realizados, data do atendimento e, quando for o caso, período de permanência no hospital e data da alta hospitalar, CID da doença básica, descrição das complicações quando for o caso e relatório de alta;

II - conta hospitalar discriminando a quantidade e tipo de materiais e medicamentos consumidos, com preços por unidade, com notas fiscais, faturas ou recibos do hospital;

III - recibos individualizados de honorários dos médicos assistentes, auxiliares e outros, com os respectivos números de CRM, discriminando funções e evento a que se referem;

IV - comprovantes relativos aos serviços de exames complementares de diagnóstico e terapia, e serviços auxiliares, acompanhados do pedido do médico assistente e exame anátomo patológico decorrente de procedimento cirúrgico.

CLÁUSULA 19 – DO TRANSPORTE INTER-HOSPITALAR



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Deverá ser dada a cobertura de remoção inter-hospitalar, por ambulância, após realizados os atendimentos classificados como urgência e emergência, quando caracterizada pelo médico assistente a falta de recursos oferecidos pela unidade que realiza o atendimento de urgência e emergência, para a continuidade de atendimento ao usuário ou pela necessidade de internação, nos termos da Resolução CONSU Nº 13/98 e demais normas vigentes.

CLÁUSULA 20 – DOS USUÁRIOS

São usuários do plano, os Desembargadores, Juízes e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e suas respectivas famílias, sendo:

I - usuário TITULAR: Desembargadores e Juízes do Trabalho, em atividade ou aposentados, e os Juízes Classistas aposentados que recebam proventos de aposentadoria pelo CONTRATANTE, os servidores do quadro efetivo, ativos ou aposentados, os ocupantes de cargo em comissão, os servidores removidos ou cedidos de outros órgãos públicos ou a outros órgãos, os servidores com lotação provisória no TRT da 24ª Região, vedada a acumulação com o plano de saúde de outro órgão, e os pensionistas, todos vinculados ao TRT da 24ª Região;

II - usuário DEPENDENTE: cônjuge ou companheiro(a); filhos(as), biológicos ou adotivos, enteados(as), os menores de 21 anos que estejam sob guarda judicial do titular e os dependentes classificados como especiais (agregados), especificados em Resolução ou Ato do Tribunal CONTRATANTE.

§ 1º A inclusão de dependentes dependerá da participação do(a) titular no plano de assistência à saúde, prevalecendo ao dependente a mesma opção de plano do titular.

§ 2º Não será permitida a cobrança de taxa de inscrição/inclusão ou outras taxas não previstas neste termo.

§ 3º A emissão e entrega das carteiras de identificação deverá ser realizada para o CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da solicitação de inclusão ou do pedido de segunda via.

§ 4º As inclusões serão encaminhadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA até o último dia útil de cada mês, para vigorar a contar do primeiro dia do mês subsequente ao protocolo do pedido, exceto nas situações que necessitar de inclusão antecipada tais como: inclusão imediata de recém-nascido ou de titular recém-ingresso no TRT da 24ª Região, quando necessário para não cumprir carência, em virtude dos prazos estipulados pela ANS.

§ 5º O CONTRATANTE informará à CONTRATADA, até o último dia útil de cada mês, as exclusões de usuários, encaminhando os respectivos cartões de identificação.

§ 6º É assegurado ao servidor/magistrado exonerado pelo CONTRATANTE, sem que haja justa causa, que contribuiu para o plano de saúde, em decorrência de vínculo com o CONTRATANTE, o direito de manter temporariamente sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial, desde que assuma o seu pagamento integral constante em contrato, consoante o art. 30 da Lei nº 9.656/1998.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

§ 7º O período de manutenção após a exoneração será de 1/3 (um terço) do tempo de permanência em que tenha contribuído para o plano de saúde do CONTRATANTE, com um mínimo assegurado de 6 (seis) e um máximo de 24 (vinte e quatro) meses, no mesmo plano em que se encontrava quando da exoneração, na forma prevista nos artigos 4º e 13, inciso I Resolução Normativa ANS nº 279/2011.

§ 8º A manutenção temporária do beneficiário ocorrerá no mesmo plano contratado, consoante art. 13, inciso I da Resolução Normativa ANS nº 279/2011, nas mesmas condições e valores constantes do contrato.

§ 9º A manutenção acima é extensiva, obrigatoriamente, a todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do vínculo com o CONTRATANTE.

§ 10 A condição prevista no § 6º deixará de existir quando da admissão do titular em novo cargo ou emprego público ou privado ou se mantiver vínculo com órgão ou empresa que possibilite o ingresso do ex-servidor em um plano de assistência à saúde empresarial, coletivo por adesão ou de autogestão. O direito de manutenção também deixará de existir pelo decurso do prazo previsto no § 11 e pelo cancelamento, pelo CONTRATANTE, do plano de saúde.

§ 11 O ex-servidor/magistrado, exonerado sem justa causa, poderá optar pela manutenção da condição de beneficiário no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu pedido ou da ciência de sua exoneração, consoante art. 10 da Resolução Normativa ANS nº 279/2011.

§ 12 A contagem do prazo previsto no § 11 somente se inicia a partir da comunicação inequívoca sobre a opção de manutenção da condição de beneficiário de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.

§ 13 O previsto no § 6º não se aplica na hipótese de exoneração, vacância ou dispensa, a pedido do magistrado ou servidor.

§ 14 Em caso de morte do titular, havendo pensionista, este assume a titularidade do plano, garantindo o direito de permanência aos dependentes inscritos. Não havendo pensionista, o direito de permanência é assegurado, temporariamente, aos dependentes cobertos pelo plano coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto do § 6º e parágrafos seguintes, consoante art. 30, §3º da Lei nº 9.656/1998.

§ 15 Em caso de morte do titular e não havendo o interesse no período de permanência acima, os dependentes poderão exercer a portabilidade especial de carências, no prazo de 60 (sessenta) dias do falecimento, para os planos e condições previstas no art. 7º- B da RN ANS nº 252/2011.

§ 16 Nas situações de permanência temporária descrita no § 15, após o período previsto no § 7º, o(a)s beneficiário(a)s será(ão) excluído(s) do plano do CONTRATANTE. O aproveitamento de carências para outros planos deverá observar a Súmula Normativa ANS nº 21/2011, Resolução Normativa ANS nº 252/2011 e demais normativas da ANS.

§ 17 No caso de aposentadoria de servidor cedido/removido para o CONTRATANTE, que se aposentar pelo órgão de origem ou pelo INSS, a permanência no plano de saúde somente será realizada se houver norma da ANS ou de outro órgão competente que determine neste sentido.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

§ 18 O recém-nascido, filho(a) natural ou adotivo(a) do beneficiário(a), terá cobertura dentro do respectivo plano de saúde, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto, prazo necessário à inclusão do dependente em plano de saúde, sem o cumprimento de carência.

§ 19 No caso de inclusão de usuários com doenças ou lesões pré-existentes, não será cobrado agravo, nem haverá cobertura parcial temporária.

§ 20 Não haverá exclusão de usuários ou impedimento no ingresso do plano de saúde, por doença e lesões pré-existentes.

§ 21 Perderá a condição de beneficiário do plano de saúde, o magistrado ou servidor, e seus dependentes, que perder o vínculo com o CONTRATANTE, como nos casos de exoneração, demissão, redistribuição de cargos, dispensa de cedidos, ou retorno de removidos, etc., respeitadas as garantias previstas em normas da ANS. Também serão excluídos o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) e os demais usuários incluídos no plano em virtude da relação de parentesco por afinidade. Outras hipóteses de exclusão serão regulamentadas por norma do CONTRATANTE.

CLÁUSULA 21 – DOS SERVIÇOS E DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Após o recebimento com os nomes dos usuários a serem inscritos, a operadora/seguradora encaminhará ao CONTRATANTE:

I - relação da rede de atendimento, com a indicação de suas especialidades e endereços completos;

II - relação dos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia;

III - cartões de identificação dos usuários, contendo informações sobre o tipo de plano e outros dados para facilitar o atendimento.

§ 1º Não haverá cobrança pela emissão da primeira via do cartão de identificação e pela emissão dos cartões no caso de renovações contratuais.

§ 2º Pela emissão de segunda via do cartão de identificação em caso de extravio, roubo, furto ou inutilização da via original o usuário pagará à operadora/seguradora o valor estipulado no § 5º da cláusula 27 deste contrato.

§ 3º Em caso de extravio, roubo ou furto do cartão, o usuário deverá comunicar imediatamente a operadora/seguradora do ocorrido, sendo responsável pelas despesas pelo uso indevido até a data e horário da informação à operadora/seguradora.

§ 4º Não será cobrada a emissão de segunda via de cartão por falhas na impressão de dados ou no magnético do cartão, salvo se decorrente de mau uso pelo beneficiário.

§ 5º Em caso de atendimento sem o documento de identificação, o usuário deverá solicitar à operadora/seguradora autorização específica para cada atendimento que venha necessitar ou, sempre que possível, permitir o atendimento na rede credenciada/cooperada mediante a apresentação pelo beneficiário de documento público de identificação e fornecimento dos dados do cartão.

§ 6º O início de atendimento ao usuário ocorrerá a partir da data de vigência do contrato ou da data de sua inclusão, exceto o recém-nascido, filho natural ou adotivo do titular ou do dependente, que



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

terá cobertura imediata até 30 (trinta) dias subseqüentes ao nascimento, pelo cartão da mãe ou pai, inscritos no plano.

CLÁUSULA 22 – DAS QUANTIDADES DE USUÁRIOS A SEREM INSCRITOS

A quantidade total de usuários que ingressarão nos planos é de aproximadamente 2.764 (dois mil e setecentos e sessenta e quatro), podendo variar conforme as necessidades do CONTRATANTE, observados os limites de acréscimo e supressão previstos em lei.

§ 1º O critério de valores das mensalidades ocorrerá por faixa etária.

§ 2º O atual quantitativo de usuários do plano de saúde do CONTRATANTE, distribuído por faixa etária, é o constante no quadro abaixo:

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade total por faixa etária
0-18	261	252	513
19-23	71	67	138
24-28	65	51	116
29-33	81	86	167
34-38	128	99	227
39-43	110	76	186
44-48	119	97	216
49-53	106	92	198
54-58	101	88	189
59 ou mais	488	326	814
Total de Usuários: 2.764 usuários			

CLÁUSULA 23 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à CONTRATADA:

I - responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

II - manter preposto aceito pelo CONTRATANTE;

III - executar os serviços direcionados à prevenção de doenças e recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, na forma determinada neste termo de referência e na legislação vigente acerca da matéria;

IV - efetuar e manter o registro dos produtos contratados na ANS, nos prazos estabelecidos por aquela Agência;

V - informar o percentual dos reajustes de preços à ANS, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua aplicação, conforme determinação daquela Agência;

VI - garantir o atendimento de titulares e dependentes em todo o território nacional, inclusive os residentes em outros Estados;

VII - dispor de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada com, no mínimo, 500 (quinhentos) estabelecimentos na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, pronto-socorros e postos diversos para pronto atendimento médico, obrigando-se a manter esse número mínimo durante a vigência do presente contrato e, se possível, aumentá-lo, visando a



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

qualidade dos serviços a serem prestados. Deverá possuir rede credenciada que possibilite o atendimento da demanda nas localidades onde estão instaladas as Varas do Trabalho do CONTRATANTE, assim como em todos os Estados da Federação para garantir o atendimento em todo território nacional;

VIII - atender às solicitações e às determinações do fiscal do contrato, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;

IX - fornecer relatórios detalhados de utilização dos serviços, em arquivo *Excel*, sempre que solicitado;

X - manter, em página da internet, a relação atualizada de médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e demais serviços credenciados, que possibilite a consulta ao usuário para utilização do plano em qualquer Estado da Federação, devendo constar os nomes, endereços, especialidades e horários de atendimento;

XI - disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, para autorizações e informações sobre os serviços contratados, sendo que as autorizações para procedimentos eletivos estão sujeitos ao horário de expediente da CONTRATADA, em dias úteis, e os atendimentos de urgência e emergência não necessitam de autorização prévia;

XII - emitir Nota Fiscal/Fatura com as devidas exclusões e inclusões informadas pelo CONTRATANTE, sendo que, na impossibilidade de serem realizadas na fatura do mês, deverão, obrigatoriamente, ser compensadas na nota fiscal/fatura do mês subsequente;

XIII - informar ao beneficiário detalhadamente, em linguagem clara e adequada, o motivo da negativa de autorização do procedimento, indicando a cláusula contratual ou o dispositivo legal que a justifique, consoante o disposto no art. 10 da Resolução Normativa ANS nº 395/2014;

XIV - zelar pela qualidade dos serviços médicos prestados pela sua rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada;

XV - manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis;

XVI – disponibilizar empregado responsável em dar suporte ao CONTRATANTE na demanda dos serviços contratados tais como, por exemplo: receber pedidos de inclusão e exclusão de usuários, receber solicitações de segunda via de cartões e providenciar o envio de cartões ao CONTRATANTE, receber pedidos de reembolso, providenciar o envio ao CONTRATANTE dos relatórios de utilização, dar orientação ao CONTRATANTE e receber informações quanto aos pedidos de autorização que apresentem atraso e tomar as providências necessárias, prestar informações quanto ao acesso aos serviços credenciados e receber reclamações dos serviços que porventura apresentarem alguma falha, providenciando a correção tempestiva, e outras demandas que venham a ocorrer;

XVII - informar o CONTRATANTE a ocorrência de alteração de endereço e telefone. Caso a empresa não informe, será considerada válida a notificação encaminhada ao último endereço constante dos autos, e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do dia útil subsequente à devolução. Com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de apresentar as alterações com a utilização de meio eletrônico, exclusivamente ao endereço a ser fornecido pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA 24 – DO PREPOSTO

A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser formalmente indicado, por ocasião da assinatura do instrumento contratual, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF, documento de identidade, endereço, telefone de contato e e-mail.

§ 1º O preposto indicado pela empresa e aceito pelo CONTRATANTE, deverá apresentar-se ao fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.

§ 2º O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

CLÁUSULA 25 – DOS DEVERES DO CONTRATANTE

Incumbe ao CONTRATANTE:

I - comunicar à operadora/seguradora as inclusões e exclusões que vierem a ocorrer durante a vigência do contrato, nos prazos estabelecidos;

II - efetuar o pagamento mensal à CONTRATADA mediante a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, nas condições e preços pactuados;

III - fiscalizar a execução do contrato, bem como as obrigações assumidas pela operadora/seguradora e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IV - notificar à CONTRATADA qualquer ocorrência considerada irregular, aplicando, conforme o caso, eventuais penalidades;

V - prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada, atinentes ao objeto deste instrumento.

CLÁUSULA 26 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes ao presente contrato correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) e Natureza de Despesa nº xxxxxx, conforme Nota de Empenho nº 2018NE000xxx, emitida em xx.xx.2018.

CLÁUSULA 27 – DO VALOR INDIVIDUAL DO PLANO

O valor global estimado para a contratação por 30 (trinta) meses é de R\$ xx,xx (xxx), sendo que o valor do plano de deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 63/2003 e ao limite previsto neste instrumento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

§ 1º Com base nos critérios acima e valores estabelecidos para esta contratação, o valor individual do plano não poderá exceder ao valor constante do quadro abaixo:

Plano Apartamento – Abrangência Nacional (com co-participação de 50% no valor das consultas)				
Faixa etária	Quantidade de usuários	Valor unitário mensal por usuário	Valor mensal total (valor mensal por usuário x quantidade de usuários)	Valor anual (valor mensal total x 12 meses)
De 0 a 18 anos	513	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 19 a 23 anos	138	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 24 a 28 anos	116	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 29 a 33 anos	167	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 34 a 38 anos	227	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 39 a 43 anos	186	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 44 a 48 anos	216	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 49 a 51 anos	198	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 54 a 58 anos	189	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
De 59 anos ou mais	814	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
Valor Anual Total				R\$ xx,xx

§ 2º O valor fixado para a última faixa etária não deverá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária, devendo ainda obedecer o limite de 6% (seis por cento) entre as faixas etárias até a penúltima e de 10% (dez por cento) da penúltima para a última, a fim de garantir a manutenção do quantitativo inscrito.

§ 3º A variação acumulada entre a sétima e décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e sétima faixas.

§ 4º As variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos.

§ 5º A taxa de emissão por segunda via de cartão não poderá exceder ao valor de R\$ xx,xx (xxxx).

CLÁUSULA 28 – DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S.A., no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento e liquidação das notas fiscais/faturas, referentes à prestação dos serviços, observado que a sua emissão dar-se-á até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da competência.

§ 1º O fiscal deverá providenciar a liquidação da nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no *caput* desta cláusula.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

§ 2º Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.

§ 3º Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 4º Na hipótese de a CONTRATADA ser empresa optante do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção, conforme disposição legal. O termo de opção do SIMPLES deverá ser apresentado com a nota fiscal.

§ 5º Findo o contrato, os serviços utilizados e não faturados deverão ser cobrados em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 29 – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA 30 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Não haverá alteração de valores com periodicidade inferior a 1 (um) ano, conforme dispõem os §§ 1º e 3º do art. 2º da Lei nº 10.192/2001, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.

§ 1º Os preços serão reajustados anualmente, pelo índice de reajuste técnico, em situação onde o equilíbrio econômico do contrato esteja prejudicado. O reajuste por acréscimo será realizado quando constatado que a sinistralidade no período avaliado esteja acima de 80% (oitenta por cento) da meta de sinistralidade, a ser apurada conforme a seguinte fórmula:

$$S = \frac{(DA - RC)}{R}$$

S = Sinistralidade

DA = Despesas Assistenciais

RC = Recuperação de co-participação

R = Receita

Onde:

DA (Despesas Assistenciais): são todos os dispêndios de utilização do plano de saúde, efetuados pelos beneficiários, entre eles, honorários médicos, insumos, procedimentos médicos, internações, taxas, medicamentos, etc., durante o período apurado, inclusive eventuais ressarcimentos realizados pela Operadora ao Sistema Único de Saúde – SUS, decorrentes da utilização espontânea dos beneficiários do plano no serviço público;

RC (Recuperação de Co-participação): total de pagamentos de co-participação efetuados por beneficiários do plano no período apurado;

R (Receitas): são todos os valores remunerados à operadora de saúde por conta da prestação de serviço do plano de saúde, no período apurado.

§ 2º O índice de reajuste técnico a ser aplicado para o Equilíbrio Econômico do Plano será apurado conforme a seguinte fórmula:

$$r = \frac{S}{Sm}$$

r = índice de reajuste;

S = correspondente à sinistralidade do período;

Sm = correspondente à meta de sinistralidade (80%)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

§ 3º A CONTRATADA deverá apresentar até o final do mês de outubro as despesas de utilização do exercício, para cálculo do primeiro reajuste. Os reajustes seguintes serão apurados no mês de novembro de cada ano, com base em 12 (doze) meses de utilização, a partir do mês subsequente ao último reajuste apurado.

§ 4º No início do mês de novembro será realizado o previsto no § 1º desta cláusula, considerando a prestação de contas apresentada pela operadora.

§ 5º Não serão aceitos percentuais de reajustes diferenciados entre as faixas etárias.

§ 6º Em nenhuma hipótese os preços decorrentes da revisão ultrapassarão os praticados no mercado, a ser realizado por pesquisa de preços que abranjam órgãos públicos e fornecedores, por ocasião do reajuste.

§ 7º Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto nesta cláusula, independente da data de inclusão.

§ 8º Os preços também sofrerão reajustes por faixa etária, sendo que as mensalidades são estabelecidas de acordo com a faixa etária em que cada beneficiário inscrito esteja enquadrado. Ocorrendo alteração na idade de qualquer dos beneficiários que importe em deslocamento para a faixa etária superior, a contraprestação pecuniária será aumentada automaticamente, no mês seguinte ao do aniversário do beneficiário, conforme valores contratados.

CLÁUSULA 31 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE designará servidor, por meio de Portaria, para o acompanhamento e a fiscalização da contratação, bem como servidores que auxiliarão na fiscalização.

§ 1º Ao fiscal caberá a conferência e a liquidação das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, devendo verificar, a cada realização de pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista (FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e CNDT).

§ 2º A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou preposto.

§ 3º Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio do fiscal do contrato.

§ 4º A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.

CLÁUSULA 32 – DAS PENALIDADES

A inexecução, total ou parcial, do objeto do presente contrato, poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contato, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - multa de até 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato, em caso de inexecução total do contrato;

IV - impedimento de licitar e de contratar com a União, e descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

§ 1º Na hipótese de atraso injustificado na entrega dos Documentos/Cartões de Identificação, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa equivalente ao valor diário da mensalidade de cada usuário prejudicado (Mensalidade/Dias do Mês), por dia que ultrapassar o respectivo prazo.

§ 2º Na hipótese de atraso injustificado para autorização de exames e demais procedimentos cobertos sujeitar-se-á à aplicação de multa diária de 10% (dez por cento) do valor da mensalidade de cada usuário prejudicado o que não impedirá nos casos mencionados, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

§ 3º Em caso de não-autorização de procedimento previsto entre os procedimentos cobertos, conforme disposição contratual, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades previstas no *caput* desta cláusula.

§ 4º As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

§ 5º O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será retido do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

§ 6º Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional.

§ 7º A CONTRATADA ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 8º A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção "Transparência").

CLÁUSULA 33 – DAS DEFESAS PRÉVIAS E DOS RECURSOS

As defesas e recursos contra punições à CONTRATADA serão regidos pelos artigos 79, 87, 109 e 110 da Lei nº 8.666/93, e poderão ser enviados por e-mail, **exclusivamente** ao endereço



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

mentionado no ofício de notificação, sem prejuízo da apresentação dos originais no prazo legal estabelecido.

§ 1º Com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos, e até manifestação em contrário do CONTRATANTE, faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de apresentar defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de meio eletrônico, por intermédio de e-mail mencionado no ofício de notificação.

§ 2º A apresentação de defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de e-mail não exige a CONTRATADA de enviar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias do término do prazo legal.

§ 3º O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por email, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

CLÁUSULA 34 – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

§ 1º Só se iniciam e vencem os prazos contratuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.

§ 2º Em caso de sobreposição dos prazos determinados deste Contrato que gerem incompatibilidade de cumprimento das obrigações, o CONTRATANTE solucionará os conflitos e estabelecerá novas datas.

CLÁUSULA 35 – DO AUMENTO E DAS REDUÇÕES

Fica assegurado à autoridade competente do CONTRATANTE aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA 36 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/1993, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 do mesmo Diploma Legal.

CLÁUSULA 37 – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE providenciará a remessa de extrato deste contrato, que indicará o nome da CONTRATADA, o objeto, o valor e a vigência da contratação, para publicação, às suas expensas, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA 38 – DO FORO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3737/2018

Pregão Eletrônico nº 47/2018

Fica eleito o foro de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA 39 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, xx de xxxx de 2018.

GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

XXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS
